



**Nova
Câmbios**

**RELATÓRIO & CONTAS
EXERCÍCIO DE 2021**

NOVACÂMBIOS – INSTITUIÇÃO DE PAGAMENTO, S.A.

Relatório & Contas de 2021

ÍNDICE

I. RELATÓRIO DE GESTÃO	3
1. Órgãos Sociais	4
2. Contexto Económico e de Mercado	5
3. Recursos Humanos, Balcões e Sistemas de Informação.....	20
4. Sistema de Controlo Interno	22
5. Atividade, Resultados e Situação Financeira.....	24
6. Proposta de Aplicação dos Resultados.....	25
7. Perspetivas	26
8. Reconhecimento	26
II. DEMONSTRAÇÕES FINANCEIRAS E NOTAS ANEXAS	28
Balanço.....	29
Demonstração de Resultados.....	30
Demonstração dos Fluxos de Caixa	31
Demonstração de Alteração do Capital Próprio	32
Notas Explicativas Anexas às Demonstrações Financeiras	33
III. CERTIFICAÇÃO LEGAL DAS CONTAS, RELATÓRIO E PARECER DO FISCAL ÚNICO	54

I. RELATÓRIO DE GESTÃO

1. Órgãos Sociais

Apresentam-se os membros dos órgãos sociais que se encontram em exercício à data da elaboração deste relatório e contas, mandato 2021- 2024.

Mesa da Assembleia Geral

António Pedro de Sá Alves Sameiro – Presidente

Isabel Maria de Oliveira e Silva – Secretária

Conselho de Administração

José João Gonçalves Rocha – Presidente com funções executivas

José Carlos da Silva Pereira – Vogal com funções executivas

Tânia Mafalda da Silva Viterbo – Vogal com funções executivas

Fiscal Único

DFK & Associados, SROC, Lda, representada por Manuel Lázaro Oliveira Brito (ROC) – Revisor Oficial de Contas

Miguel Nolasco Palma – ROC Suplente

2. Contexto Económico e de Mercado

Contexto Económico

O exercício de 2021 foi fortemente marcado pela continuação dos efeitos nefastos da Pandemia COVID-19 tanto na economia global como na nacional, sendo que o inesperado confinamento que durou desde meados de Janeiro até ao final de Abril deste ano prolongou as restrições à livre circulação de passageiros com reflexos directos na Indústria do Turismo, da Aviação e na HORECA, que constituem o principal público-alvo da Novacâmbios.

Na última actualização do *World Economic Outlook* (WEO) do FMI publicada a 25 de Janeiro de 2022, parece consensual que o aumento dos preços da energia aliados às restrições que resultaram do surgimento da nova variante Ómicron que veio aumentar a taxa de transmissibilidade, vieram impor renovados obstáculos sobre a mobilidade e pressão sobre os preços, com aumentos inesperados da inflação principalmente nos Estados Unidos e em muitos mercados emergentes.

A retracção registada do setor imobiliário da China, cujo principal reflexo foi a hecatombe em Bolsa do grupo *Evergreen* que a Setembro de 2021 detinha obrigações de mais de 300 mil milhões de dólares no seu conjunto, sendo que a maturidade emergente de alguns desses compromissos empurraram a cotação da empresa em bolsa para um colapso de -92,7%, espalhando temores globais de uma nova crise imobiliária afetando fortemente este sector assim como a indústria da construção.

Assim sendo, estima-se que o ano de 2021 tenha terminado com um crescimento do PIB global na casa dos +5,9%, como sequência de uma *performance* débil das duas maiores economias do mundo que provocou uma revisão em baixa do crescimento do PIB dos EUA em -1,2% e da República Popular da China em -0,8%. As perspectivas de crescimento do PIB global para 2022 apontam para um crescimento ainda mais moderado de +3,8% e isto sem ter em conta o conflito na Ucrânia que entretanto eclodiu com as pesadíssimas sanções impostas à Federação Russa, cujas ondas de choque a nível global são ainda é difíceis de mensurar.

Região	2021	2022	2023
Portugal	4,4%	5,1%	2,5%
Angola	-0,7%	2,4%	3,3%
Brasil	4,7%	0,3%	1,6%
França	6,7%	3,5%	1,8%
Namíbia	1,3%	3,6%	3,1%
Espanha	4,9%	5,8%	3,8%
Moçambique	2,5%	5,3%	12,6%
Reino Unido	7,2%	4,7%	2,3%
Alemanha	2,7%	3,8%	2,5%
Índia	9,0%	9,0%	7,1%
China	8,1%	4,8%	5,2%

Tabela 1.1. – Crescimento homólogo do PIB

Fonte: World Economic Outlook (WEO) do FMI, atualização de Janeiro de 2022

O surgimento de novas variantes do COVID-19 não afasta o cenário de eventuais impactos adicionais da pandemia, sendo que os efeitos da continuação nas interrupções das cadeias de logística aliada à vertiginosa subida dos preços da energia, trás uma elevada incerteza em torno da inflação que já se encontra em níveis altíssimos assim como em relação a eventuais subidas das taxas juro interbancárias de referência, isto para não falar da eventual diminuição ou término dos programas de recompra de dívida e de estímulos à economia que pautaram a atuação política durante os primeiros 18 meses da pandemia.

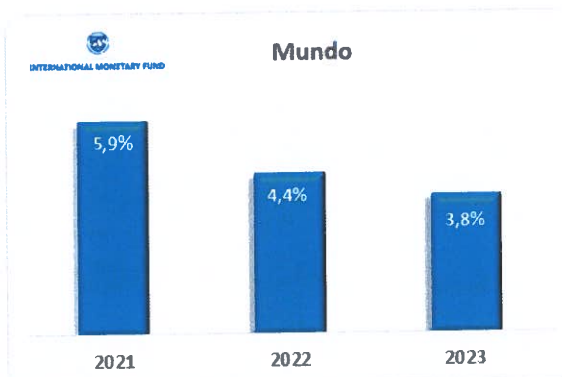


Gráfico 1.1. – Previsão Económica Global

Fonte: World Economic Outlook (WEO) do FMI, atualização de Janeiro de 2022

Zona Euro

O ano de 2021 na Zona Euro testemunhou um crescimento robusto do PIB após a profunda queda registada em 2020, reflectindo uma recuperação significativa assente no alívio das restrições fruto da pandemia do Sars-Cov-2 mas também das perspectivas optimistas da normalização das cadeias de suprimentos e logística.

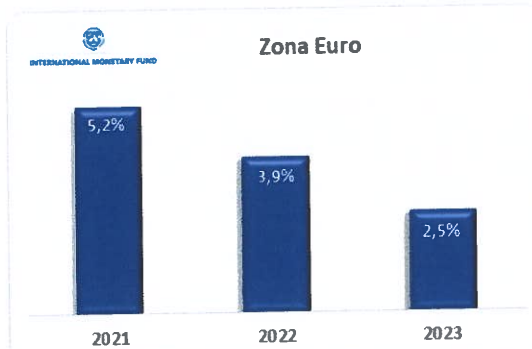


Gráfico 1.2. – Previsão económica da Zona Euro

Fonte: World Economic Outlook (WEO) do FMI, atualização de Janeiro de 2022

A França e a Itália lideraram o pelotão no que diz respeito ao crescimento do PIB registando 6,7% e 6,2% respectivamente, enquanto que a Alemanha apresentou um crescimento bastante mais moderado de 2,7% em parte devido aos desafios do sector industrial, conduzindo a uma perspectiva ambígua relativamente à recuperação da Zona Euro.

Relativamente a Espanha, atualmente o principal parceiro comercial de Portugal e também o mercado mais profundamente afectado pelo Covid-19, a sua recuperação situou-se num crescimento do PIB de 4,9% que não foi suficiente para recuperar do mau desempenho da sua economia em 2020, em parte explicado pela elevada dependência da Indústria do Turismo.

No geral o crescimento foi incentivado pelo consumo privado, que com o aliviar das restrições pandémicas alterou o padrão de gastos levando a uma significativa migração de gastos em bens transaccionáveis provocados pelos confinamentos para um aumento significativo dos gastos no setor de serviços, ainda que bastante abaixo dos níveis de 2019.

Apesar de um aumento histórico na procura de bens transaccionáveis, parte da explicação da recuperação mais modesta da Alemanha durante 2021 explica-se pelos desafios e ventos contrários sentidos no sector industrial, nomeadamente no fabrico de componentes automóveis, semicondutores e equipamentos elétricos, que foi fortemente impactado pelas interrupções nas cadeias de logística e também pela recente subida no preço dos combustíveis fósseis dos quais o sector industrial da zona Euro depende em grande medida.

Estas interrupções nas cadeias de logística provavelmente começarão a desvanecer a partir do 2º semestre de 2022, em grande parte devido à enorme procura latente do setor dos serviços, em especial do Turismo, que impulsionado pelo fim das restrições da pandemia supostamente conduzirá a um aliviar da pressão sobre a produção de bens transaccionáveis, existindo no entanto um risco que advém do aumento dos custos de produção (energia) agravado pelo conflito na Ucrânia que eclodiu no final do 1º trimestre de 2021.

No que diz respeito à evolução da inflação a baixa procura de serviços durante 2020 aliada às medidas de estímulo à economia e a um aumento significativo dos níveis de poupança, fruto das decisões políticas de combate à pandemia, levaram a uma eventual distorção da inflação. Como exemplo podemos utilizar o

caso da Alemanha que ao baixar o seu IVA em 2020 para auxiliar o retalho e simultaneamente estimular o consumo, levou a um aumento artificial dos preços.

Apesar da diminuição de ritmo de compra de títulos de dívida pública recentemente anunciada, A atual política monetária flexível e expansionista do BCE levou à manutenção das taxas de juro de referência durante todo ano de 2021 e durante o 1º trimestre de 2022, apesar da diminuição de ritmo de compra de títulos de dívida pública recentemente anunciada, contrariamente às movimentações do *Fed* que aumentou a sua taxas de referência já no 1º trimestre de 2022 e o Banco de Inglaterra que já subiu a sua por 3 vezes em 0,75% até ao mês de Março de 2022, ambos numa tentativa de controlar a pressão inflacionista.

Apesar das instâncias europeias considerarem que a taxa de inflação de 5% registada na Zona Euro em 2021 seja um fenómeno passageiro que irá suavizar ainda durante 2022, o aumento dos preços da energia e das matérias-primas ainda persiste e provavelmente irá agravar-se com o recente conflito na Ucrânia e as respetivas sanções à Rússia, levando à expectativa de que a taxa de inflação de 3,2% prevista pelo BCE para 2022 será brevemente revista em alta.

Isto significa que a inflação irá dominar a agenda macro-económica da Zona Euro em 2022, visto registar os níveis mais altos desde o início do Euro em 1999 e mostrar sinais de persistência, podendo levar a economia Alemã a pressionar pelo aumento das taxas de juro de referência e um corte mais imediato no programa de “*quantitative easing*” do BCE.

Enquanto isso, vários países da zona do euro, como França, Bélgica e Portugal, aumentaram de forma significativa os seus salários mínimos, tanto por opção política como em resposta ao aumento da inflação. Neste aspecto há que destacar a decisão inesperada do executivo alemão em aumentar o salário mínimo em mais de 25% para 12€ à hora. De acordo com ING Research esta tendência irá conduzir a um aumento salarial entre os 3 e os 3,5% na Zona Euro, podendo constituir uma pressão inflacionária relevante a ter em conta.

As medidas de apoio à manutenção de emprego tomadas no âmbito da pandemia que se prolongaram em 2022, consistindo na sua maioria em lay-offs remunerados e em diminuições temporárias das contribuições sociais e fiscais sobre a massa salarial, demonstraram um razoável sucesso na Zona Euro até à data, permitindo manter a taxa de desemprego nos 7,2% em Dezembro de 2021, exactamente ao mesmo nível de fevereiro de 2020 antes do início da crise pandémica.

No suposto rescaldo da Pandemia ressurgiu também o problema da escassez de mão-de-obra, sendo actualmente considerado pelos empresários da Zona Euro como o risco mais crítico para os seus negócios, sendo que se este fenómeno persistir irá indubitavelmente conduzir a aumentos salariais e à consequente pressão inflacionária.

Será expectável que os Parceiros Sociais, nomeadamente os Sindicatos cujo poder de negociação se vê agora reforçado pela escassez de mão-de-obra, pressionem os executivos europeus por aumentos salariais acima da inflação em 2022, servindo de referência tanto para o sector público como o privado, ajudando a tornar o problema da inflação ainda mais persistente.

Por último se tivermos em conta o estudo da *Deloitte Research* que aponta para uma poupança adicional acumulada das famílias europeias de 350 bilhões de euros, relativamente aos níveis prévios à Pandemia, será fácil prever por um lado uma eventual persistência do fenómeno da inflação e por outro um aumento significativo da procura do sector de serviços nomeadamente na Indústria do Turismo.

África Subsariana

De acordo com o Departamento das Nações Unidas para os Assuntos Económicos e Sociais (UNDESA) a região da África Subsariana no seu conjunto registou um crescimento do PIB de 3,8% em 2021, o que denota uma recuperação mais débil quando comparado com outras regiões do globo, isto apesar da recuperação dos níveis de produção e índices económicos que derivam do levantamento das restrições fruto da pandemia do Sars-Cov2 a nível mundial que conduziram a um contexto mais favorável.

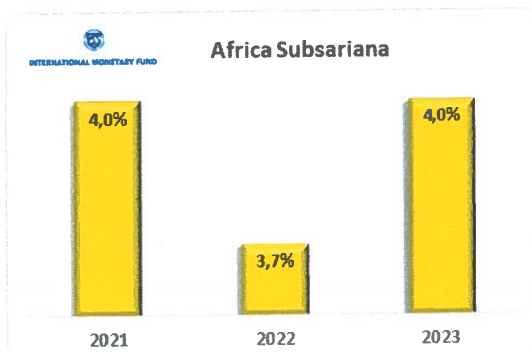


Gráfico 1.3. – Previsão económica da África Subsariana

Fonte: World Economic Outlook (WEO) do FMI, atualização de Janeiro de 2022

A recente subida robusta de preços das matérias-primas irá seguramente jogar um papel de relevo na recuperação económica da região, no entanto de acordo com UNDESA a África subsariana teria de crescer mais rápido que a Ásia durante 2022 a um ritmo de aproximadamente 6% para encurtar a distância para com as demais regiões, o que parece ser pouco plausível.

Angola

De acordo com o FMI Angola terminou 2021 com uma contração do PIB de -0,7% em grande parte justificada pelo impacto das restrições globais do COVID-19 e pela recessão económica que se faz sentir no país já desde 2017, tendo reduzido drasticamente os rendimentos médios da população Angolana, exacerbando os níveis de pobreza e agudizando os fortes desequilíbrios externos do país.

O contexto actual dos preços elevados do petróleo aliado ao aumento generalizado das matérias-primas ajudam a diminuir parcialmente a pressão sobre o orçamento de estado, sendo que por um lado os compromissos de médio e longo prazo já assumidos no fornecimento de hidrocarbonetos e por outro a diminuição paulatina nos índices de produção de crude e gás devido a questões técnicas e diminuição do

investimento, não permitem um alavancamento total dos proveitos que esta alça de preços poderia trazer no imediato.

A política fiscal seguida no seguimento do programa de financiamento do FMI aprovado em Dezembro de 2018 para um financiamento de \$US4,5 mil milhões poderá afetar o ritmo de recuperação da economia, em especial dos sectores não associados à extração de hidrocarbonetos.

Entretanto no final da 6ª avaliação do FMI no âmbito do Plano de Financiamento Ampliado, foi aprovado um desembolso adicional de US\$748 milhões com intuito de ajudar o executivo a tomar medidas que permitissem mitigar os efeitos do COVID-19 na economia e pôr em marcha iniciativas que relançassem o crescimento económico.

Apesar da inflação em 2021 ter ultrapassado os 24% impulsionada por entraves no lado da oferta que restringiram o acesso a bens e serviços, o lado positivo das medidas de contenção fiscais permitiram produzir novos equilíbrios orçamentais e diminuir de forma palpável e significativa o rácio de dívida pública face ao PIB, ajudando a iniciar um processo de recuperação da confiança por parte dos Agentes externos e dos mercados, assim como uma maior sustentabilidade da dívida existente e futura.

Ao nível do sistema financeiro Angolano os dois maiores Bancos Públicos continuam a demonstrar uma necessidade significativa de recapitalização e uma reestruturação orgânica para melhorar a sua eficiência e produtividade, sendo que em geral o nível de crédito malparado é bastante significativo necessitando de uma abordagem tanto delicada como urgente.

No que diz respeito à orientação da política monetária para fazer face aos índices elevados e persistentes de inflação o Banco Nacional de Angola parece ter agido corretamente com o aumento da taxa diretora, um crescimento moderado da moeda e ao definir metas de inflação e demonstrar vontade em implementar um regime cambial flexível.

Namíbia

A recuperação económica da Namíbia durante o ano 2021 foi algo tímida tendo registado um crescimento de somente 1,3%, o que apesar de denotar uma recuperação notável depois da contração de cerca de 8% em 2020.

A forte dependência deste país relativamente à indústria da mineração explica esta evolução menos positiva, dado os preços internacionais persistentemente baixos do urânio que por um lado impactaram de forma significativa as margens das minas locais e que por outro diminuíram a procura com reflexos óbvios nos contratos de fornecimento de longo prazo, que não se estão a renovar.

A agitação política que se fez sentir na África do Sul durante o ano de 2021 também trouxe por arrasto incertezas quanto à balança comercial da Namíbia, sendo este o seu principal parceiro económico, o que ajuda a explicar um desempenho do país abaixo da média da África Subsariana.

Por último é igualmente importante relevar o desempenho do Dólar Namibiano, cuja valorização trouxe uma maior pressão às exportações reduzindo os ganhos das indústrias mais dependentes das vendas ao exterior, nomeadamente do Turismo, da Agricultura e da Indústria transformadora.

Moçambique

Tanto os ciclones tropicais em 2019 como o emergir da crise pandémica no início de 2020 constituíram desafios importantes para a economia Moçambicana, que apesar de tudo conseguiu alcançar um crescimento do PIB de 2,5% em 2021 reflectindo um melhor desempenho na manutenção do emprego e do tecido empresarial, quando comparado com a maioria das economias da África Subariana.

A insurgência armada das milícias islâmicas na zona norte do país, junto a Cabo Delgado, protelaram o desenvolvimento dos grandes projectos de produção de gás natural, afetando também as demais empresas sedeadas nessa zona que na sua maioria são pequenos negócios.

Ao nível das políticas económicas o Banco de Moçambique lançou um conjunto de medidas que visaram estimular a economia, incluído políticas de estabilização do sector financeiro e um corte nas taxas de referência, assim como moratórias e períodos de carência nos créditos às famílias e linhas de crédito bonificadas às empresas, numa tentativa de travar um aumento das insolvências e dos rácios de NPL's.

América Latina e Caraíbas

Esta foi a região mais afectada pela pandemia do covid-19 colocando em causa os importantes avanços sócio-económicos alcançados nas últimas décadas, pelo que as estratégias de recuperação a adoptar pelos diferentes países da região deverão promover instrumentos bem calibrados de protecção social.

Após uma contração histórica de 7% no PIB da região no ano em 2020, o crescimento registado em 2021 de 6,8% não foi suficiente para colmatar o impacto da pandemia nas economias da região e não será expectável que o PIB per capita volte aos níveis pré-Covid até 2024, sendo que atualmente os níveis de pobreza extrema atingiram o maior pico dos últimos 12 anos.

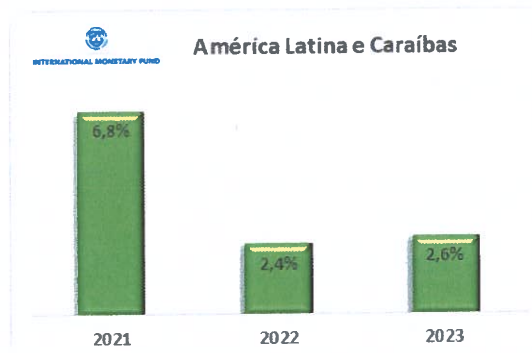


Gráfico 1.4. – Previsão económica da América Latina e Caraíbas

Fonte: World Economic Outlook (WEO) do FMI, atualização de Janeiro de 2022

O choque provocado pela Pandemia assumiu proporções mais drásticas na América Latina devido ao facto de que cerca de metade da população activa da região trabalha no sector informal e cerca de 40% da população activa no sector formal não dispunha de mecanismos de previdência social, exacerbando assim os efeitos da travagem na actividade económica.

Ainda assim o resultado positivo no crescimento do PIB em 2021 deveu-se fundamentalmente ao avanço da vacinação na região, à consequente diminuição de casos e ao levantamento das restrições, o que aliado a condições externas mais favoráveis tais como o disparo na procura por parte dos principais países importadores (Estados Unidos e China), o respectivo aumento do preço das matérias-primas e o aumento no envio de remessas, também contribuíram para alcançar os 6,8% registados.

No entanto pairam no horizonte diversas incertezas, algumas não exclusivas da região, nomeadamente a possibilidade de novas variantes e picos de casos de COVID-19, maior pressão orçamental relacionada com os elevados rácios de dívida pública e a subida das taxas de juro de referência a nível global e uma inflação alta persistente, o que obviamente deteriora os índices de confiança tanto dos Investidores como dos Consumidores.

O grave período de seca que paira sobre a região, nomeadamente sobre o Brasil, o Chile, e Paraguai têm um duplo impacto negativo, se por um lado diminuí a oferta na produção agropecuária por outro aumenta o custo dos fatores de produção pela substituição da energia hidroelétrica por combustíveis fósseis cujos preços se encontram em alta, impactando tanto a competitividade como agravando a pressão inflacionária.

Para agravar ainda mais o problema da inflação assistiu-se a um aumento dos preços dos alimentos, a fortes depreciações de moeda e às diversas medidas de estímulos económico adoptadas pelos diferentes países na sequência dos efeitos da crise pandémica.

Assim sendo, a previsão de crescimento do PIB da região para 2022 será de apenas +2,4% enquanto que em 2023 deverá chegar aos +2,6%, o que significa uma perda de terreno face ao nível da renda per capita de outras regiões tais como a Europa, a Ásia e a Oceânia.

Brasil

O crescimento de +4,7% do PIB brasileiro em 2021 é inferior ao de países vizinhos como a Colômbia (+10,6%) e Argentina (+10,3%), refletindo alguns desafios colocados pela crise pandémica, pelo aumento dos custos no fornecimento energético e um crescimento galopante da inflação.

Desagregando o crescimento do país pelos principais segmentos da sua economia, no sector agropecuário registou-se uma quebra de -0,2% em 2021 essencialmente provocada por quebras significativas nas colheitas que derivaram da seca extrema que assolou o país, isto apesar de um aumento da área de cultivo na casa dos +4%.

Os destaques positivos na actividade económica vão para o sector da construção civil que registou um crescimento de +9,7% no ano passado, o sector industrial que cresceu +4,5%, a retoma acentuada do

segmento imobiliário residencial e também o sector dos serviços que avançou +4,7% impulsionado pelo avanço da vacinação e alívio das restrições que aumentaram a procura no canal HORECA.

Com a retoma do índice de investimento a crescer uns impressionantes 17,2% em 2021 em parte fruto das medidas de estímulo no âmbito do COVID e do levantamento das respectivas restrições, houve um forte ajustamento da taxa de juro de referência (SELIC) registando uma evolução dos 2% em Janeiro para 9,25% em Dezembro de 2021, sendo que já no início de 2022 o índice atingiu os 10,75% em Fevereiro e a maioria dos analistas estime que deverá estabilizar em torno dos 12% nos próximos meses.

O impacto do aumento dos custos energéticos no Brasil encontra-se minimizado em relação ao panorama global, onde a intervenção da Petrobras aumentou o desfasamento de preços nos combustíveis até atingir 30% em relação à média internacional, evitando repassar o reajuste de aumento dos custos de produção para os consumidores, para o sector agropecuário, transportes e logística, o que no curto prazo terá de ser seguramente corrigido para evitar desafios orçamentais, resultando numa pressão adicional no custo dos fatores de produção e na inflação.

Em ano eleitoral com um desfecho pouco previsível até à data e com uma perspectiva de inflação persistente apesar dos juros altos, o clima de negócios atual no Brasil é obviamente negativo resultando num baixo índice de confiança dos investidores, o que aliado ao retrocesso esperado do poder de compra e uma eventual redução na procura de matérias-primas por parte da China, irá culminar numa diminuição abrupta no investimento que contribuirá para a desaceleração estimada da economia com um crescimento esperado do PIB de somente +0,3% em 2022.

No entanto existem também alguns indicadores auspiciosos para a economia brasileira, que com as excelentes receitas fiscais obtidas em 2021 por parte da maioria dos Estados e dos Municípios se encontra numa situação de tesouraria privilegiada para poder impulsionar a actividade económica através de eventuais investimentos públicos o que em conjunto com medidas de curto prazo mais expansionistas por parte do executivo para tentar assegurar a reeleição, poderá ajudar a contrabalançar as pressões negativas sobre o crescimento já mencionadas.

Obviamente não podemos deixar de mencionar as eventuais consequências económicas para o Brasil fruto da eclosão do conflito na Ucrânia, que trará no imediato um aumento substancial nos preços das *commodities* e no petróleo, isto para não mencionar uma escassez imprevista no *stock* de fertilizantes a nível mundial e eventualmente de cereais, que também são utilizados como ração para o gado, o que numa fase inicial irá trazer sérios constrangimentos ao sector agropecuário com repercussões também para os custos do cabaz alimentar de inúmeras famílias.

Contexto de Mercado

Aviação e Turismo

A nível global a indústria da aviação contava recuperar em 2021 da hecatombe provocada pela pandemia durante o ano de 2020 dado o surgimento de várias vacinas e do certificado digital, no entanto o ritmo de vacinação heterogéneo nas diferentes regiões e países em conjunto com as diferentes variantes do vírus, em especial a Ómicron com o seu elevado nível de transmissibilidade, goraram as expectativas do sector.

De acordo com o Relatório de “Mapeamento de Impacto do Covid-19 na recuperação da Aviação Europeia” da Eurocontrol, o ano de 2021 registou uma recuperação parcial mas sustentada do tráfego na Europa, e apesar de uma recuperação de mais de +70% no volume de passageiros durante o verão, o velho continente terminou o ano com níveis -44% abaixo do volume registado em 2019 e apenas com uns meros 6 milhões a mais quando comparado com 2020.

Apesar de uma maior previsibilidade e das viagens de retorno ajudarem as companhias aéreas e os aeroportos a melhorarem os seus desempenhos, 2021 no geral foi um ano de prejuízos no sector a nível europeu alcançando os 18,5 mil milhões de euros de perdas, e com as principais companhias a operarem entre 30 a 64% menos voos do que no período pré-covid.

Em 2022 é esperada uma recuperação que andarà em torno dos 90% no volume de passageiros registados em 2019, isto apesar do eclidir do conflito na Ucrânia e no conseqüente agudizar da crise energética, com os preços dos combustíveis a disparar para níveis insustentáveis.

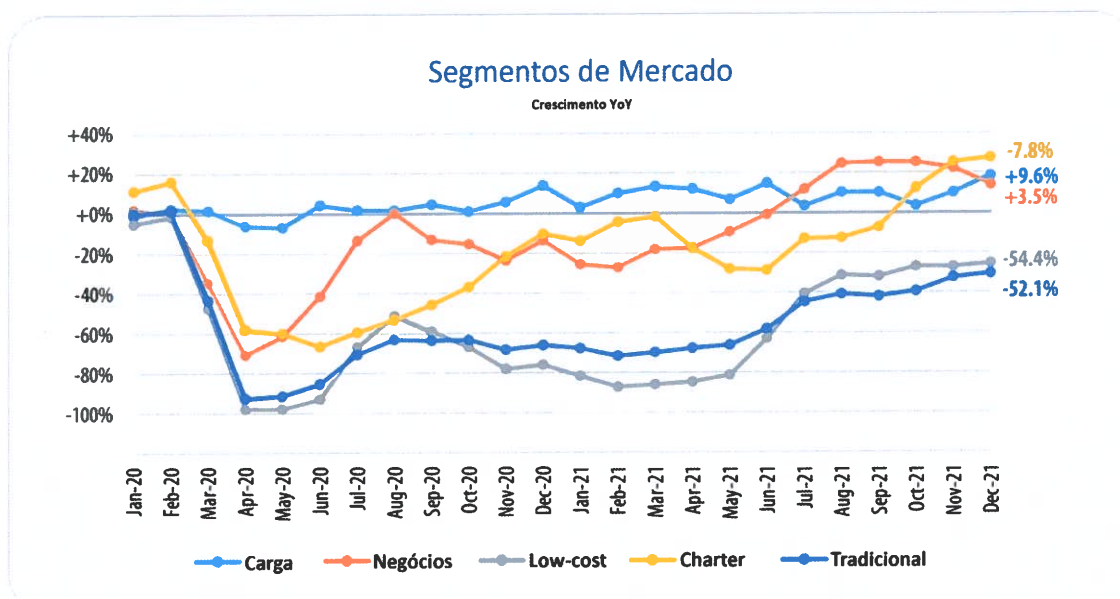


Gráfico 1.5. – Evolução homologa dos diferentes segmentos de mercado da Aviação
Fonte: Eurocontrol – “Mapeamento de Impacto do Covid-19 na recuperação da Aviação Europeia”.

A recuperação esperada deriva fundamentalmente na expectativa de recuperação nos segmentos de Charters, de Carga e de Negócios, sendo que o segmento Tradicional que mais contribui para gerar Turismo de valor acrescentado apresentou um desempenho -52.1% quando comparado com 2019, com óbvio impacto na Compra e Venda de Moeda Estrangeira em efectivo.

No que diz respeito ao Turismo os números do Barómetro Mundial de Turismo da OMT apontam para que a nível global tenha ocorrido um aumento de +4% YoY em 2021, no entanto de acordo com esta organização as dormidas de turistas internacionais (visitantes noturnos) ficaram +72% aquém de 2019, tendo as chegadas internacionais ainda registado quebras de +73%.

O ritmo de recuperação do Turismo continua aquém das expectativas do início do ano tendo um ritmo bastante desigual entre as diferentes regiões do mundo, devido à disparidade de abordagens no que diz respeito à vacinação e à imposição de restrições à mobilidade, que traz muita incerteza ao processo de decisão de compra dos viajantes.

Apesar da disparidade no desempenho do Turismo existe um denominador comum à *performance* de todas as Regiões, o ano de 2021 ainda registou quebras bastante superiores a -50% quando comparado com 2019. Enquanto que a Europa e as Américas registaram um crescimento YoY positivo de +19% e +17% respectivamente, o Médio Oriente no extremo oposto registou uma quebra de -24% YoY nas chegadas.

A contribuição direta do Turismo para o PIB mundial em 2021 é estimada em 1,9 biliões de dólares o que denota uma recuperação de cerca de 18% face a 2020 mas encontra-se bem longe dos 3,5 biliões de euros de 2019. Ainda assim estima-se que as receitas de exportação do turismo internacional devem ter ultrapassado os 700 mil milhões de dólares em 2021, suportados por um aumento do ticket médio por viagem.

Portugal

De acordo com a ANAC em 2021 passaram pelos Aeroportos nacionais cerca de 22,4 milhões de passageiros o que representa uma recuperação de +36,5% face a 2020, mas simultaneamente ainda representa uma quebra de -58% face a 2019, o último ano antes da Pandemia do Sars-cov2.

Outro dado importante para o sector do Turismo Português consiste na quebra de -44,3% registada em 2021 no número de passageiros da TAP face ao mesmo mês de 2019, em especial por ser a principal geradora de tráfego Não-Schengen para o país, que representa o Turismo de maior valor acrescentado tanto a nível de estadias como de consumo. Ainda assim esta quebra de cerca 327 mil passageiros comparada com 2019, consubstancia uma recuperação de +145,7% face a 2020 quando se fizeram sentir de forma mais acentuada as consequências da pandemia no sector.

Como nota positiva para o sector da Aviação Nacional temos ainda o crescimento de 16,5% da SATA face a 2019 atingindo os 41.564 passageiros em 2021, o que representa um crescimento de +121.3% face homólogo de 2020.

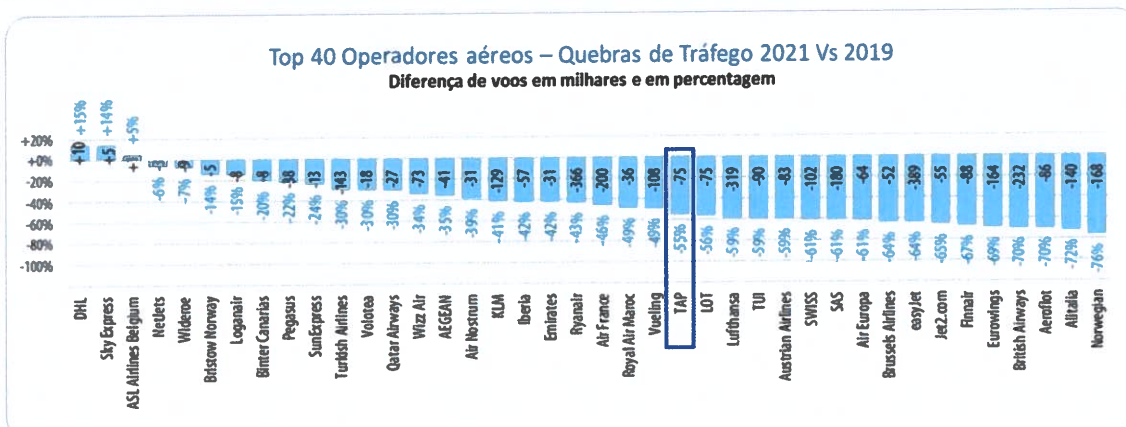


Gráfico 1.6. – Evolução das 40 principais empresas de Aviação no pós-covid

Fonte: Eurocontrol – “Mapeamento de Impacto do Covid-19 na recuperação da Aviação Europeia”.

No gráfico acima podemos verificar que o desempenho da TAP pese a elevada incerteza estratégica e o atraso na nomeação dos novos órgãos de gestão, ainda assim ficou acima de algumas empresas de referência a nível europeu.

No que diz respeito ao tráfego comunitário, nomeadamente da Zona Euro, houve uma recuperação mais rápida à boleia do sector das viagens de negócio e em especial das companhias aéreas *low-cost* a operar no país, com um crescimento de +6,1% da EasyJet face a 2019 o que corresponde a um aumento de passageiros de +271,4% quando comparado com 2020.

A tendência de recuperação ficou reforçada com o comunicado da VINCI em Janeiro de 2022 que dava nota de que o tráfego nos aeroportos nacionais no 4º trimestre de 2021 recuperou +320% face ao mesmo período de 2020 o que corresponde a sensivelmente 73% do volume de passageiros pré-pandemia.

Por outro lado e de acordo com o boletim publicado pelo INE o ano de 2021, apesar de uma ténue recuperação do Turismo em Portugal face a 2020, o número de dormidas e de hóspedes ficou significativamente aquém de 2019 e somente comparável a 2010, registando 14,5 milhões de hóspedes (-46,4%) e 37,5 milhões de dormidas (-46,6%) respetivamente.

Todas as regiões do país registaram uma diminuição no número de hóspedes, com especial incidência no segmento de não-residentes, sendo que o segmento nacional aumentou na região da Madeira (+19,2%) e no Algarve (+5,1%). A Área Metropolitana de Lisboa (-58%) e a Área Metropolitana do Porto (-52%) foram das mais afetadas a nível da queda de dormidas, devido ao facto de se tratarem de destinos predominantemente urbanos.

O impacto da pandemia não se fez notar exclusivamente no desempenho do sector, mas enviou também de forma significativa a sazonalidade fazendo com que a época alta comesse e terminasse mais tarde, com volumes significativos de dormidas a registarem-se até meados do mês de Outubro e provocando um enorme pico de concentração na segunda quinzena de Agosto.

Ao nível das receitas e apesar da recuperação face a 2020 o sector do Turismo Nacional registou ainda assim uma quebra de receitas de 2,3 mil milhões de euros quando comparado com 2019.

Mercado Cambial

O ano de 2021 pautou-se por uma volatilidade significativa nos mercados financeiros fruto dos avanços e recuos na crise pandémica e por abordagens heterogéneas dos principais Bancos Centrais face à inflação galopante e à continuidade dos estímulos à economia.

Na Europa o agravamento da Pandemia no final de 2021 com a variante Ómicron, que apesar de se manifestar com sintomas mais ligeiros apresenta uma potencial transmissibilidade muito mais agressivo, levou a restrições díspares nos diferentes países fomentando um sentimento de incerteza quanto à possibilidade de recuperação do Bloco Europeu o que obviamente conduziu à perda de terreno do euro face à maior parte das divisas e justifica em parte a relutância do BCE em subir as taxas de juro de referência, em contraciclo com as principais praças mundiais.

Cotação Vs Euro	01/01/2021	31/12/2021	YoY %
USD	1,2134	1,1371	↓ -6,3%
GBP	0,8875	0,8408	↓ -5,3%
CHF	1,0801	1,0367	↓ -4,0%
JPY	125,28	130,89	↑ +4,5%

Tabela 1.2. – Evolução da cotação das principais divisas face ao Euro

Fonte: www.exchangerates.org.pt

Entretanto a valorização do dólar americano e da libra esterlina face ao euro, resulta fundamentalmente de uma menor oscilação na gestão da crise pandémica e de uma política monetária mais proactiva com a subida das taxas de juro de referência como forma de controlar a forte inflação que se tem feito sentir.

Desde Maio de 2020 que o Euro não desvalorizava abaixo dos US\$1,08 tal como ocorreu em Novembro de 2021 e agora no início de 2022, tendo descido para mínimos de quase 16 meses, em grande parte como consequência da incerteza acerca dos possíveis ajustes nas taxas de juros da zona Euro, que somente deverão ocorrer após o anunciado fim gradual das medidas de “*quantitative easing*” levadas a cabo pelo BCE como ferramenta de estímulo no âmbito da crise pandémica, isto em contraste com os aumentos do Fed esperados para breve, pela maioria dos analistas.

No que diz respeito aos Estados Unidos os principais indicadores económicos continuaram a sua trajetória de recuperação face a 2020, sendo que a inflação de momento será a principal preocupação nesta praça financeira, justificando assim o primeiro aumento desde 2018 nas taxas de juro de referência já no início de 2022.

Apesar do mercado de trabalho e a economia em geral nos EUA terem apresentado uma recuperação notável dos efeitos da crise pandémica, em grande parte graças aos cortes nas taxas e a um plano de

estímulos significativo, como efeito colateral a inflação atingiu os 4,7% no final de 2021 chegando mesmo a atingir o valor recorde de 7,9% em Fevereiro de 2022, o valor mais alto dos últimos 40 anos.

São vários os factores que colocaram pressão adicional sobre o problema da inflação nos EUA, por um lado os estrangulamentos nas cadeias de fornecimento e logística provocaram um desequilíbrio entre a procura e a oferta numa série de sectores, nomeadamente no agroalimentar, nos serviços públicos e inclusive nos carros usados pelas dificuldades de *sourcing* de componentes para veículos novos, por outro tanto o gás natural como os demais combustíveis fósseis encontram-se em alta nos mercados internacionais, o que está a causar impacto directo no segmentos menos privilegiados da população norte-americana.

Embora inicialmente o Fed tenha considerado a inflação actual como um fenómeno transitório, já no início de 2022 e com o eclodir do conflito na Ucrânia assistimos a um agudizar dos problemas nas cadeias de logística que são ainda mais agravados com a política de "zero casos" adoptada pela China para conter novos surtos de coronavírus que colocam pesados obstáculos ao escoamento da sua produção industrial com óbvios reflexos nas importações dos EUA.

De acordo com um artigo recente da CNBC o Fed terá projectado a possibilidade de realizar cerca de seis aumentos na taxa de referência já este ano, sendo que a progressividade planeada tem como propósito evitar empurrar a economia para uma recessão com um aumento brusco. Ainda assim num *Fed Survey* recente da CNBC, que avalia a opinião de gestores de fundos, economistas e estratégias empresariais, prevê 33% de probabilidade da economia norte-americana entrar em recessão nos próximos 12 meses, sendo que no caso da Europa esta probabilidade aumenta para 50%.

No que diz respeito ao Reino Unido o Banco de Inglaterra subiu em Dezembro de 2021 a sua taxa de juro de referência em 0,15% para os 0,25%, esta decisão foi justificada pela expectativas goradas de um maior crescimento do PIB fruto de uma recuperação mais rápida da crise pandémica, que se viu limitada pelo aumento da transmissibilidade no final do ano e que supostamente iria retirar a pressão sobre a procura de bens transaccionáveis, reconduzindo a mesma para serviços nomeadamente de Turismo e Lazer o que de alguma forma poderia sustentar o avanço da inflação.

Desta forma a inflação nas economias mais desenvolvidas ao contrário do esperado acelerou e a correção no equilíbrio entre a procura e a oferta não se materializou, mantendo as atuais ineficiências nas cadeias de fornecimento e de logística, sendo que no caso do Reino Unido o problema de escassez de mão de obra global é ligeiramente mais agudo fruto do impacto recente do Brexit.

A nível das perspectivas para 2022 estimamos que o Reino Unido mantenha uma inflação elevada na casa dos 5% e que suba ainda mais os juros de referência, que poderão mesmo alcançar os 1%, pelo que a libra esterlina deverá manter a sua valorização para com a moeda única.

Autoridade	País/ Região	Taxa Juro	
		2021 Act	2022 Est
Fed	Estados Unidos	0,08%	0,20%
BCE	Zona Euro	-0,50%	0,00%
BCI	Reino Unido	0,50%	1,00%
BoJ	Japão	-0,10%	0,00%

Tabela 1.3. – Evolução das principais taxas de juro de referência a nível mundial

No que diz respeito ao Japão e dado o seu problema estrutural de deflação o Banco Central do país não vê como alarmante a recente espiral de inflação que assola a economia global, achando inclusive que a inflação poderá não chegar aos 2% no seu mercado e como tal irá seguramente manter uma política monetária expansionista nos próximos tempos., não se antecipando assim e para já, grandes oscilações na cotação do JPY.

3. Recursos Humanos, Balcões e Sistemas de Informação

• Recursos Humanos

Para desenvolver a sua atividade, a NovaCâmbios iniciou o ano de 2021, com um quadro de 147 colaboradores (71 Homens e 76 Mulheres), com uma média de idades de 40 anos, terminando o ano com 131 colaboradores (63 Homens e 68 Mulheres) com uma média de idades de 41 anos.

A redução do quadro de colaboradores decorreu de rescisões por mútuo acordo.

• Balcões

A Novacâmbios iniciou o ano de 2021 com 43 balcões, tendo reduzido a sua rede em 20 balcões, 6 deles na primeira semana de Janeiro (balcões localizados nos aeroportos), e os restantes 14 ao longo do ano.

A rede de balcões estava distribuída da seguinte forma:

Localizações por Distrito/R.A	Nº de Balcões	
	Janeiro	Dezembro
Braga	2	1
Porto	7	4
Aveiro	1	1
Viseu	1	1
Coimbra	1	1
Santarém	1	0
Lisboa	20	10
Setúbal	3	0
Évora	1	0
Faro	4	4
Açores	2	1
Total	43	23

- **Sistemas de Informação**

Em 2021, deu-se continuidade à modernização dos sistemas de informação, prosseguindo o desenvolvimento de novas funcionalidades no aplicativo *trader*.

Melhorias no sistema de comunicações e gestão de incidentes, tornando-os mais práticos e funcionais.

No seguimento da forte aposta na expansão e desenvolvimento da intranet da empresa, foi disponibilizada uma renovada área do colaborador, reforçando a ligação e comunicação com todos os colaboradores.

O Modulo de e-learning, ferramenta imprescindível na nossa instituição, sofreu melhorias a nível da funcionalidade.

Continuando o percurso traçado para a digitalização da empresa, foi criado um novo modulo de gestão documental, o qual se prevê entrar em produção no início de 2022.

Foi implementada uma nova plataforma de gestão de helpdesk. Em 2021, foram registados no sistema de *helpdesk* 745 *tickets* com pedidos de assistência que foram resolvidos na totalidade.

4. Sistema de Controlo Interno

• Áreas de Controlo Interno

O Sistema de Controlo Interno da NovaCâmbios, pauta-se pelo recurso contínuo às boas práticas e exigências que acompanham o respetivo âmbito de atuação, quer a nível de procedimentos instituídos, quer a nível da necessária alteração dos procedimentos já existentes no que respeita à atualização temática normativa corrente em matérias da prevenção do branqueamento de capitais e financiamento do terrorismo ou outro aplicável à Instituição e aos seus colaboradores.

Como órgão executivo responsável por coordenar as atividades da sociedade, recaí sobre o Conselho de Administração o estabelecimento e manutenção de um sistema de controlo interno robusto, eficaz e independente que proteja a Instituição dos riscos inerentes à atividade desenvolvida pela mesma.

As Áreas de Controlo Interno da Novacâmbios são compostas pelo Compliance, pela Auditoria Interna e pela Gestão de Risco que, por sua vez, são dotadas de autoridade e independência adequadas e da respetiva segregação de funções das demais unidades orgânicas da instituição.

• Gestão de Risco

O Departamento de Gestão de Risco é responsável pela criação e acompanhamento contínuo da eficácia do Sistema de gestão de Risco da NovaCâmbios, bem como da adequação e da eficácia das medidas tomadas para corrigir eventuais deficiências desse sistema. Adicionalmente, presta apoio e aconselhamento ao Órgão de Administração no desenvolvimento, implementação e manutenção do processo de identificação dos fatores internos e externos que verificam em relação a cada categoria de risco, avaliando o grau da probabilidade de ocorrência de perdas e respetiva magnitude em relação a cada categoria de risco.

No decorrer do período de reporte, o departamento procedeu à atualização do Sistema de Gestão de Riscos da Instituição, e do Sistema de Gestão de Riscos de BC/FT, tendo sido introduzidas as alterações consideradas essenciais para dotar o sistema de maior robustez, eficácia e capaz de melhor compreender todos os produtos, atividades, serviços, processos e procedimentos e áreas funcionais instituídos na organização. Foi ainda elaborada a Política de Gestão de Incidentes de Segurança e Operacionais da NovaCâmbios.

- **Auditoria Interna**

O departamento de auditoria interna é responsável pela emissão/ elaboração de recomendações direcionadas às diversas unidades orgânicas da Instituição tendo como base os resultados obtidos das auditorias e avaliações efetuadas aos diversos departamentos que constituem a empresa. A sua atuação é pautada, essencialmente, pela otimização da eficácia da governação através de propostas que visem a eliminação das não-conformidades detetadas nos procedimentos ou normas em vigor.

Indo ao encontro das suas obrigações, no período de reporte, a Auditoria Interna procedeu à elaboração e execução de um plano de auditorias aos departamentos da instituição. Tais ações apresentaram como objetivo primordial comprovar o grau de eficácia e nível de cumprimento normativo aos quais os diversos departamentos da Instituição se encontram obrigados. No final de cada auditoria foi elaborado um reporte onde se encontram explanadas as ilações obtidas no decorrer das mesmas, as não-conformidades detetadas, assim como as recomendações sugeridas para colmatar e/ou melhorar as mesmas. O departamento foi ainda responsável pela receção, tratamento e arquivo de todas as reclamações rececionadas na instituição, assim como por todos os procedimentos relacionados com a recirculação de moeda e os processos de retenção de notas.

Ainda no período de reporte foram efetuadas respostas a 24 reclamações e por conseguinte comunicadas ao supervisor, Banco de Portugal. Relativamente a processos de tenção de notas falsas, este departamento comunicou às autoridades competentes 29 processos.

- **Compliance**

O departamento de Compliance tem como função principal a prevenção e deteção de situações que causem ou possam vir a causar risco de incumprimento para a instituição (tais como, sanções penais ou contraordenacionais e/ou prejuízos financeiros ou de ordem reputacional, numa base individual e/ ou consolidada), devendo atuar de forma a prevenir a existência de situações de fraude interna e externa, atuações tendentes a prejudicar o controlo interno e a própria instituição.

No período de reporte o departamento implementou esforços adicionais no que concerne ao desenvolvimento, elaboração e atualização do normativo interno e implementação de procedimentos essenciais para a continuação da prestação de um desempenho e serviço de excelência característico à instituição desde a sua fundação, sendo que no decorrer do ano de 2021 foram atualizados/elaborados 15 normativos internos.

Todas as obrigações legais em vigor sobre as instituições de pagamento, no que respeita à monitorização de operações e colaboração com as autoridades judiciais e de supervisão foram cumpridas.

5. Atividade, Resultados e Situação Financeira

Como anteriormente referido, a atividade, os resultados e a situação económico-financeira da Novacâmbios foram fortemente, e negativamente, afectadas pela pandemia.

• Câmbios

Em 2021 apesar da crise provocada pela pandemia COVID-19, os resultados cambiais tiveram um ligeiro aumento de 5% face ao ano anterior, equivalente a 104 mil euros.

• Transferências (MoneyGram e RealTransfer)

À semelhança do ano anterior, a pandemia continuou a provocar um decréscimo nas transferências em cerca de 36%.

• Resultados e Situação Financeira

Os resultados obtidos em 2021 refletem a combinação de dois impactos:

- a redução dos Gastos Operacionais, em linha com a estratégia de gestão de custos, racionalização e melhoria da eficiência iniciada em 2019;
- Aumento dos Resultados de Reavaliação Cambial.

Deste modo, o Produto Bancário evidencia um aumento de 257 mil euros, equivalente a 8% face a 2020.

Com a política de redução de Gastos Operacionais foi obtida uma diminuição dos Custos com Pessoal, equivalente a -4%, enquanto que os Gastos Gerais Administrativos diminuíram -23%, perfazendo uma diminuição total de Gastos Operacionais de -452 mil euros (-10%).

O Resultado Operacional aumentou 709 mil euros em 2021, equivalente a +51%, passando de -1.396 mil euros, em 2020, para -687 mil euros, em 2021.

Com o impacto positivo, de 113 mil euros nos Impostos, o Resultado Líquido do Exercício de 2021 foi negativo, de -575 mil euros, sendo de salientar uma melhoria do resultado (embora negativo) face ao ano de 2020 em +48%.

Principais Rúbricas (m€)	2021	2020	Var (m€)	Var (%)
Produto Bancário	3 450	3 193	257	8%
Gastos Operacionais	4 137	4 589	(452)	-10%
Resultado Operacional	(687)	(1 396)	709	51%
Impostos	113	282	(169)	-60%
Resultado Líquido do Exercício	(575)	(1 114)	539	48%

Da evolução do Balanço em 2021 expressa no quadro seguinte, salientam-se os seguintes aspectos:

Principais Rúbricas (m€)	2021	%	2020	%	Var (m€)	Var (%)
Ativo Líquido, do qual:	5 300	100	6 612	100	(1 312)	-19,8%
Caixa e Disponibilidades	865	13	1 257	18	(392)	-31,2%
Ativos Tangíveis	599	9	778	11	(179)	-23,0%
Outros Ativos	1 924	29	2 754	40	(830)	-30,1%
Passivo, do qual:	4 900	100	5 632	100	(732)	-13,0%
Recursos OIC	2 058	37	2 508	52	(450)	-17,9%
Outros Passivos	2 833	50	3 113	65	(280)	-9,0%
Capital Próprio, do qual:	400	100	980	100	(580)	-59,2%
Capital	1 750		1 750		-	0,0%

Ao nível do Ativo Líquido verificou-se uma diminuição de 1.312 mil euros (-19,8%) face a 2020.

Dos componentes do ativo salienta-se uma diminuição dos ativos de liquidez, rubrica de Caixa e Disponibilidades, em -392 mil euros.

Dos restantes ativos, salientam-se os Ativos Tangíveis que mantêm a tendência de diminuição, desta feita de -23% face a 2020, e também a diminuição verificada em +830 mil euros em Outros Ativos.

O Passivo evidencia também uma redução de -732 mil euros (-13%) face a 2020, situando-se nos 4.900 mil euros.

O Capital Próprio voltou a registar nova redução em 2021, decorrente do resultado negativo do ano anterior, de -59,2%, passando a totalizar 400 mil euros.

A regularização dos Capitais Próprios da empresa está pendente da autorização e aprovação do BdP para a cobertura dos resultados transitados negativos, através da entrada de um novo accionista na empresa.

6. Proposta de Aplicação dos Resultados

O Conselho de Administração propõe à deliberação da Assembleia Geral que o resultado líquido do exercício de 2021, no valor de **-574.509,75 euros**, seja transferido para a conta de resultados transitados.

7. Perspetivas

Com a desaceleração da propagação da pandemia COVID-19, apesar do surgimento de novas variantes, são notórios os níveis de crescimento dos fluxos turísticos perspectivando um lento mas gradual aumento do negócio da NovaCâmbios.

Ao invés a invasão da Ucrânia provoca um sentimento de imprevisibilidade em relação ao futuro.

Independentemente dos factores externos e da evolução das condições de mercado, o nosso desafio continua sendo o de limita os custos ao volume dos proveitos e criar condições para estes atingirem os níveis anteriores a 2016.

8. Reconhecimento

Encerramos este documento manifestando o nosso profundo agradecimento a todas as entidades e a todos aqueles que, no decurso do exercício, conosco colaboraram, entre eles:

- o Banco de Portugal;
- a Ultra SGPS, S.A.;
- a Associação Mutualista do Montepio Geral;
- o Banco Montepio;
- a Realtransfer - Instituição de Pagamento, S.A.;
- ao nosso Revisor Oficial de Contas
- a nossa Contabilista Certificada;
- aos nossos colaboradores pelo empenho e dedicação demonstrados no quadro das suas funções.

Lisboa, 7 de abril de 2022

O Conselho de Administração



José João Gonçalves Rocha



José Carlos da Silva Pereira



Tânia Mafalda da Silva Viterbo

II. DEMONSTRAÇÕES FINANCEIRAS E NOTAS EXPLICATIVAS ANEXAS

- **Balanço**
- **Demonstração de Resultados**
- **Demonstração dos Fluxos de Caixa**
- **Demonstração das Alterações no Capital Próprio**
- **Notas Explicativas Anexas às Demonstrações Financeiras**

(Todos os valores apresentados no Anexo estão expressos em Euros, salvo indicação de outra moeda)

BALANÇO

Em 31 de Dezembro de 2021

NOVACÂMBIOS - INSTITUIÇÃO DE PAGAMENTO, S.A.
Base de reporte: Individual - NIC

Valores em Euros

	Notas	Ano - Atividade Global			Ano Anterior
		Valor antes de	Provisões, imparidades	Valor líquido	
		provisões, imparidades e amortizações	e amortizações		
		1	2	3 = 1 - 2	4
Ativo					
Caixa e disponibilidades em bancos centrais	4	767 851,33		767 851,33	1 098 148,07
Disponibilidades em outras instituições de crédito	5	97 496,75		97 496,75	158 880,47
Outros ativos financeiros ao justo valor através de resultados	6	33 020,09		33 020,09	31 438,27
Aplicações em instituições de crédito	7	387 000,00		387 000,00	387 000,00
Outros ativos tangíveis	8	2 053 831,19	1 455 158,49	598 672,70	777 844,42
Ativos intangíveis	9	104 617,25	93 297,44	11 319,81	40 500,31
Ativos por impostos correntes	10	3 477,73		3 477,73	3 434,52
Ativos por impostos diferidos	10	1 477 072,44		1 477 072,44	1 361 506,38
Outros ativos	11	1 924 063,58		1 924 063,58	2 753 682,53
Total de Ativo		6 848 430,36	1 548 455,93	5 299 974,43	6 612 434,97
Passivo					
Recursos de outras instituições de crédito	12			2 058 161,00	2 507 922,13
Passivos por impostos correntes	10			9 020,90	11 360,31
Outros passivos	13			2 833 010,67	3 112 799,68
Total de Passivo				4 900 192,57	5 632 082,12
Capital					
Capital	14			1 750 000,00	1 750 000,00
Outras reservas e resultados transitados	15			(775 708,39)	344 722,09
Resultado do exercício				(574 509,75)	(1 114 369,24)
Total de Capital				399 781,86	980 352,85
Total de Passivo e Capital				5 299 974,43	6 612 434,97

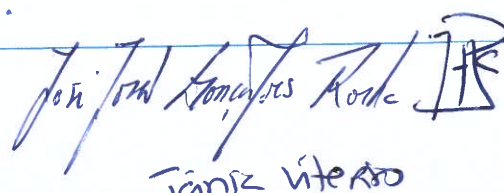
O Responsável pela Contabilidade

Margarida Cravid de Melo
Contabilista Certificada N.º 93044



O Conselho de Administração

José João Gonçalves Rocha
José Carlos da Silva Pereira
Tânia Mafalda da Silva Viterbo



DEMONSTRAÇÃO DE RESULTADOS

De 31 de Dezembro de 2021

NOVACÂMBIOS - INSTITUIÇÃO DE PAGAMENTO, S.A.

Base de reporte : Individual - NIC

Valores em Euros

	Notas	2021	2020
Juros e rendimentos similares	16	196,72	196,72
Juros e encargos similares	16	92 572,58	68 231,44
Margem Financeira		(92 375,86)	(68 034,72)
Rendimentos de serviços e comissões	17	842 033,74	1 319 393,31
Encargos com serviços e comissões	18	119 662,63	518 269,88
Resultados de reavaliação cambial (líquido)	19	2 247 609,55	2 143 273,51
Outros resultados de exploração	20	571 956,44	316 354,53
Produto Bancário		3 449 561,24	3 193 262,75
Custos com pessoal	21	2 757 460,91	2 874 146,19
Gastos gerais administrativos	22	1 161 988,58	1 503 247,44
Amortizações do exercício e provisões líquidas de reposições e anulações	23	217 227,90	212 082,95
Resultado Antes de Impostos		(687 116,15)	(1 396 213,83)
Impostos			
Correntes	10	9 020,90	11 360,31
Diferidos	10	(121 627,30)	(293 204,90)
Resultado Líquido do Exercício		(574 509,75)	(1 114 369,24)

O Responsável pela Contabilidade

Margarida Cravid de Melo
Contabilista Certificada N.º 93044

Margarida Cravid de Melo

O Conselho de Administração

José João Gonçalves Rocha
José Carlos da Silva Pereira
Tânia Mafalda da Silva Viterbo

José João Gonçalves Rocha

JC

Tânia Viterbo

DEMONSTRAÇÃO DOS FLUXOS DE CAIXA

Em 31 de Dezembro de 2021

NOVACÂMBIOS - INSTITUIÇÃO DE PAGAMENTO, S.A.
Base de reporte : Individual - NIC

Valores em Euros

	Notas	2021	2020
Atividades Operacionais			
Recebimentos de comissões	14	842 033,74	1 319 939,31
Pagamento de comissões	15	(119 662,63)	(518 269,88)
Pagamentos ao pessoal e fornecedores	18,19	(3 919 449,49)	(4 377 393,63)
Resultados de reavaliação cambial	16	2 247 609,55	2 143 273,51
Caixa gerada pelas operações		(949 468,83)	(1 432 450,69)
Pagamento/recebimento do imposto sobre o rendimento	21	(11 360,31)	(11 360,31)
Outros recebimentos/pagamentos		1 120 008,83	(989 354,49)
Fluxos de Caixa das Atividades Operacionais (1)		159 179,69	(2 433 165,49)
Atividades de Investimento			
Pagamentos respeitantes a:			
Ativos fixos tangíveis	8	8 723,16	53 830,75
Ativos intangíveis	9	-	3 036,75
Investimentos financeiros	6	-	-
Fluxos de Caixa das Atividades de Investimento (2)		(8 723,16)	(56 867,50)
Atividades de Financiamento			
Recebimentos provenientes de:			
Financiamentos obtidos	12	-	1 292 869,60
Juros e rendimentos similares	16	196,72	196,72
		196,72	1 293 066,32
Pagamentos respeitantes a:			
Financiamentos obtidos	12	449 761,13	-
Juros e gastos similares	16	92 572,58	68 371,53
		(542 333,71)	68 371,53
Fluxos de Caixa das Atividades de Financiamento (3)		(542 136,99)	1 224 694,79
Variação de caixa e seus equivalentes (1+2+3)		(391 680,46)	(1 265 338,20)
Caixa e seus equivalentes no início do período		1 257 028,54	2 522 366,74
Caixa e seus equivalentes no fim do período		865 348,08	1 257 028,54
Diferenças entre a soma dos fluxos e a variação de caixa		-	-

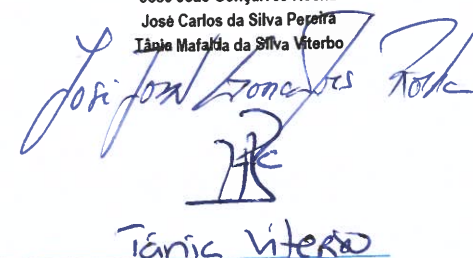
O Responsável pela Contabilidade

Margarida Cravid de Melo
Contabilista Certificada N.º 93044



O Conselho de Administração

José João Gonçalves Rocha
José Carlos da Silva Pereira
Tânia Mafalda da Silva Viterbo



DEMONSTRAÇÃO DAS ALTERAÇÕES DO CAPITAL PRÓPRIO

Em 31 de Dezembro de 2021

NOVACÂMBIOS - INSTITUIÇÃO DE PAGAMENTO, S.A.

Base de reporte: Individual - NIC

Valores em Euros

Rúbricas	Notas	Capital	Reservas Legais	Outras Reservas	Resultados Transitados	Resultado Líquido do Exercício	Total do Capital Próprio
Saldo em 31 dezembro 2019		1 750 000,00	652 394,32	3 189 608,01	(2 146 109,47)	(1 351 170,77)	2 094 722,09
Aplicação do resultado líquido do exercício de 2019	15	-	-	-	(1 351 170,77)	1 351 170,77	-
Resultado líquido do exercício de 2020	15	-	-	-	-	(1 114 369,24)	(1 114 369,24)
Saldo em 31 dezembro 2020		1 750 000,00	652 394,32	3 189 608,01	(3 497 280,24)	(1 114 369,24)	980 352,85
Aplicação do resultado líquido do exercício de 2020	15	-	-	-	(1 114 369,24)	1 114 369,24	-
Resultado líquido do exercício de 2021	15	-	-	-	-	(574 509,75)	(574 509,75)
Correcção de Impostos Diferidos do Exercício de 2020	15	-	-	-	(6 061,24)	-	(6 061,24)
Saldo em 31 dezembro 2021		1 750 000,00	652 394,32	3 189 608,01	(4 617 710,72)	(574 509,75)	399 781,86

O Responsável pela Contabilidade

Margarida Cravid de Melo
Contabilista Certificada N.º 93044



O Conselho de Administração

José João Gonçalves Rocha
José Carlos da Silva Pereira
Tânia Mafalda da Silva Viterbo




Tânia Viterbo

Notas Explicativas Anexas às Demonstrações Financeiras em 31/12/2021

1. IDENTIFICAÇÃO DA ENTIDADE

A **NOVACÂMBIOS – Instituição de Pagamento, S.A** (Empresa) é uma sociedade anónima com sede na Calçada do Carmo, nº6 1º Dto – 1200-091 Lisboa. Em junho de 2012 alterou a sua designação social e foi registada no Banco de Portugal como Instituição de Pagamento em 2013.

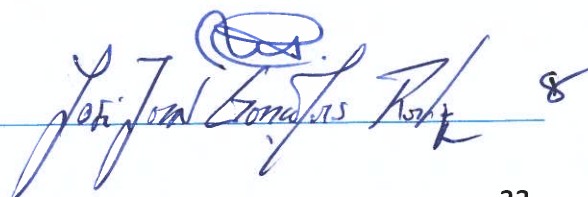
No exercício de 2021 as principais atividades desenvolvidas foram a compra e venda de moeda estrangeira, a realização de operações de envio e pagamento de fundos bem como compra de cheques de viagem.

As operações de transferências de fundos foram realizadas não só na qualidade de agente doutras Instituições de Pagamentos, mas também de forma autónoma em plataforma informática própria da Empresa.

2. REFERENCIAL CONTABILISTICO DE PREPARAÇÃO DAS DEMONSTRAÇÕES FINANCEIRAS - Base de apresentação e principais critérios valorimétricos

As demonstrações financeiras foram preparadas de acordo com os princípios definidos nas Normas Internacionais de Relato Financeiro (IAS/IFRS), aprovadas e publicadas pelo IASB (International Accounting Standards Board), no âmbito do disposto pela União Europeia através do Regulamento 1606/2002 e na sequência do qual foi publicado o Aviso nº5/2015 de 30 de Dezembro do Banco de Portugal.

As demonstrações financeiras anexas foram preparadas a partir dos livros e registos contabilísticos da Empresa, mantidos de acordo com princípios de contabilidade geralmente aceites em Portugal, no pressuposto da continuidade das operações.



Os principais critérios valorimétricos utilizados na preparação das demonstrações financeiras foram os seguintes:

a) Ativos Tangíveis e Intangíveis

Os ativos fixos tangíveis encontram-se registados ao custo de aquisição.

As amortizações e depreciações são calculadas pelo método das quotas constantes, de acordo com a vida útil prevista.

b) Especialização dos exercícios

A Empresa regista as suas receitas e despesas de acordo com o princípio do acréscimo, sendo os rendimentos e os gastos reconhecidos à medida que são gerados, independentemente do momento em que são recebidos ou pagos.

c) Saldos e transações expressos em moeda estrangeira

Todos os ativos e passivos expressos em moeda estrangeira foram convertidos em euros tendo sido utilizadas as taxas de câmbio vigentes em 31 de Dezembro de 2021 publicadas pelo Banco de Portugal.

As diferenças de câmbio, favoráveis e desfavoráveis, originadas pelas diferenças entre as taxas de câmbio em vigor na data das transacções e as vigentes na data das cobranças, pagamentos ou na data do balanço, foram registadas como rendimentos ou gastos na demonstração de resultados do exercício.

d) Férias e subsídio de férias

A Empresa regista como gastos de cada exercício, o valor das remunerações devidas por férias e subsídio de férias, bem como os respetivos encargos sociais, pagáveis no ano seguinte a todos os trabalhadores.

e) Pressuposto da continuidade

As demonstrações financeiras anexas foram preparadas no pressuposto da continuidade das operações, a partir dos livros e registos contabilísticos da Empresa, mantidos de acordo com os princípios contabilísticos aceites em Portugal.

Josefa Rodrigues
Rocha 8

f) Classificação dos ativos e passivos não correntes

Os ativos realizáveis e os passivos exigíveis a mais de um ano a contar da data da demonstração da posição financeira são classificados, respetivamente, como ativos e passivos não correntes. Adicionalmente, pela sua natureza, os 'Impostos diferidos' e as 'Provisões' são classificados como ativos e passivos não correntes.

g) Passivos contingentes

Os passivos contingentes não são reconhecidos no balanço, sendo os mesmos divulgados no anexo, a não ser que a possibilidade de uma saída de fundos afetando benefícios económicos futuros seja remota.

h) Passivos financeiros

Os passivos financeiros são classificados de acordo com a substância contratual independentemente da forma legal que assumam.

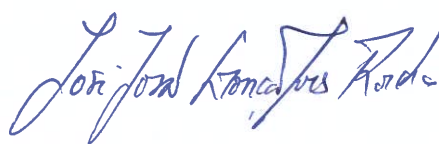


i) Eventos subsequentes

Os eventos após a data do balanço que proporcionem informação adicional sobre condições que existiam nessa data são refletidos nas demonstrações financeiras.

Caso existam eventos materialmente relevantes após a data do balanço, são divulgados no anexo às demonstrações financeiras.

j) Derrogação das disposições

Não existiram, no decorrer do exercício a que respeitam estas demonstrações financeiras, quaisquer casos excecionais que implicassem a derrogação de qualquer disposição às IFRS.

3. PRINCIPAIS POLÍTICAS CONTABILÍSTICAS

3.1. Moeda funcional e de apresentação

As demonstrações financeiras da NovaCâmbios, SA são apresentadas em euros. O euro é a moeda funcional e de apresentação.

As transações em moeda estrangeira são transpostas para a moeda funcional utilizando as taxas de câmbio em vigor à data da transação.

Os ganhos ou perdas cambiais resultantes das transações bem como da conversão por taxa de câmbio à data de balanço dos ativos e passivos monetários, denominados em moeda estrangeira, são reconhecidos na demonstração dos resultados na rubrica “Gastos de financiamento”, se relacionados com empréstimos ou em “Outros ganhos ou perdas operacionais”, para todos os outros saldos/transações.

3.2. Caixa e equivalentes de caixa

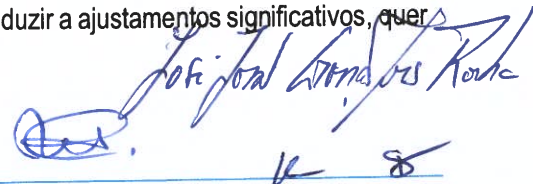
Esta rubrica inclui caixa, depósitos à ordem em bancos e outros investimentos de curto prazo de alta liquidez com maturidades até três meses.

3.3. Capital social

As ações ordinárias são classificadas em capital próprio.

3.4. Provisões

A Empresa analisa de forma periódica eventuais obrigações que resultem de eventos passados e que devam ser objeto de reconhecimento ou divulgação. A subjetividade inerente à determinação da probabilidade e montante de recursos internos necessários para o pagamento das obrigações poderá conduzir a ajustamentos significativos, quer



João Paulo Almeida dos Reis

por variação dos pressupostos utilizados, quer pelo futuro reconhecimento de provisões anteriormente divulgadas como passivos contingentes.

3.5. Fornecedores e outras contas a pagar

As contas a pagar a fornecedores e outros credores, que não vencem juros, são registadas pelo seu valor nominal, que é substancialmente equivalente ao seu justo valor.

3.6. Financiamentos bancários

Os empréstimos são registados no passivo pelo valor nominal recebido líquido de comissões com a emissão desses empréstimos. Os encargos financeiros apurados de acordo com a taxa de juro efetiva são registados na demonstração dos resultados de acordo com o regime do acréscimo.

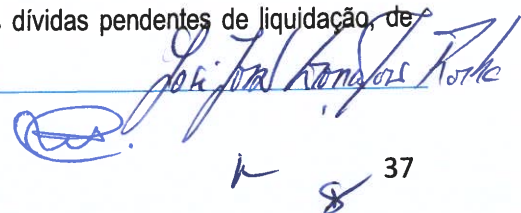
Os empréstimos são classificados como passivos correntes, a não ser que a Empresa tenha o direito incondicional para diferir a liquidação do passivo por mais de 12 meses após a data de relato.

3.7. Locações

Os contratos de locação são classificados como locações financeiras se através deles forem transferidos substancialmente todos os riscos e vantagens inerentes à posse do ativo sob locação ou como locações operacionais se através deles não forem transferidos substancialmente todos os riscos e vantagens inerentes à posse do ativo sob locação.

A classificação das locações, em financeiras ou operacionais, é feita em função da substância económica e não da forma do contrato.

Os ativos fixos tangíveis adquiridos mediante contratos de locação financeira, bem como as correspondentes responsabilidades, são contabilizados pelo método financeiro, reconhecendo o ativo fixo tangível, as depreciações acumuladas correspondentes, conforme definido nas políticas acima, e as dívidas pendentes de liquidação, de


37

acordo com o plano financeiro contratual. Adicionalmente, os juros incluídos no valor das rendas e as depreciações do ativo fixo tangível são reconhecidos como gasto na demonstração dos resultados do exercício a que respeitam.

Nas locações consideradas como operacionais, as rendas devidas são reconhecidas como gasto na demonstração dos resultados numa base linear durante o período do contrato de locação.

3.8. Rédito e regime do acréscimo

O rédito compreende o justo valor da contraprestação recebida ou a receber pela prestação de serviços decorrentes da atividade normal da Empresa. O rédito é reconhecido líquido do Imposto sobre o Valor Acrescentado (IVA), abatimentos e descontos.

A Empresa reconhece rédito quando este pode ser razoavelmente mensurável, seja provável que a Empresa obtenha benefícios económicos futuros, e os critérios específicos descritos a seguir se encontrem cumpridos. O montante do rédito não é considerado como razoavelmente mensurável até que todas as contingências relativas a uma venda estejam substancialmente resolvidas. A Empresa baseia as suas estimativas em resultados históricos, considerando o tipo de cliente, a natureza da transação e a especificidade de cada acordo.

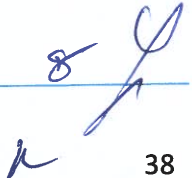

Os rendimentos são reconhecidos na data da prestação dos serviços.

Os juros recebidos são reconhecidos atendendo ao regime do acréscimo, tendo em consideração o montante em dívida e a taxa efetiva durante o período até à maturidade.

Os dividendos são reconhecidos na rubrica "Outros ganhos e perdas líquidos" quando existe o direito de os receber.

3.9. Subsídios

Os subsídios do governo são reconhecidos ao seu justo valor, quando existe uma garantia suficiente de que o subsídio venha a ser recebido e de que a Empresa cumpre com todas as condições para o receber.



38

Os subsídios atribuídos a fundo perdido para o financiamento de projetos de investigação e desenvolvimento estão registados em balanço na rubrica “Rendimentos a reconhecer” e são reconhecidos na demonstração dos resultados de cada exercício, proporcionalmente às depreciações dos ativos subsidiados.

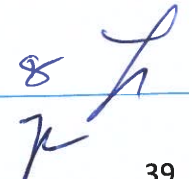

Os subsídios à exploração destinam-se à cobertura de gastos, incorridos e registados, com o desenvolvimento de ações de formação profissional, sendo os mesmos reconhecidos em resultados à medida que os gastos são incorridos, independentemente do momento de recebimento do subsídio

3.10. Impostos

A Empresa encontra-se sujeita a Imposto sobre o Rendimento das Pessoas Coletivas (IRC) à taxa de 21% para a matéria coletável. Ao valor de coleta de IRC assim apurado, acresce ainda Derrama, incidente sobre o lucro tributável registado e cuja taxa poderá variar até ao máximo de 1,5% bem como a tributação autónoma sobre os encargos e às taxas previstas no artigo 88º do Código do IRC. No apuramento da matéria coletável, à qual é aplicada a referida taxa de imposto, são adicionados e subtraídos ao resultado contabilístico os montantes não aceites fiscalmente. Esta diferença, entre resultado contabilístico e fiscal, pode ser de natureza temporária ou permanente.

De acordo com a legislação em vigor, as declarações fiscais estão sujeitas a revisão e correção por parte das autoridades fiscais durante um período de quatro anos (dez anos para a Segurança Social, até 2000, inclusive, e cinco anos a partir de 2001), exceto quando tenham havido prejuízos fiscais, ou estejam em curso inspeções, reclamações ou impugnações, casos estes em que, dependendo das circunstâncias, os prazos são alargados ou suspensos. Assim, as declarações fiscais da Empresa dos anos de 2018 a 2021 ainda poderão estar sujeitas a revisão.

A Empresa procede ao registo de impostos diferidos, correspondentes às diferenças temporárias entre o valor contabilístico dos ativos e passivos e a correspondente base fiscal, conforme disposto na NCRF 25 – Impostos diferidos, sempre que seja provável que sejam gerados lucros fiscais futuros contra os quais as diferenças



temporárias possam ser utilizadas. Refira-se que esta avaliação se baseia no plano de negócios da Empresa, periodicamente revisto e atualizado.

4. CAIXA

Em 31 de Dezembro de 2021 e 2020, o saldo da conta de Caixa tinha a seguinte composição:

Caixa	2021	2020
Moeda Nacional	285.552,33	483.603,31
Moeda Estrangeira	482.299,00	614.544,76
Total	767.851,33	1.098.148,07

5. DISPONIBILIDADES EM OUTRAS INSTITUIÇÕES DE CRÉDITO

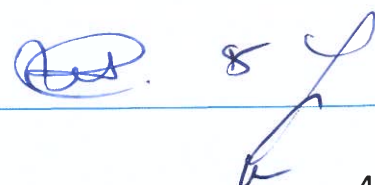
Em 31 de Dezembro de 2021 e 2020, as Disponibilidades em OIC apresentavam-se como se segue:

Disponibilidades OIC	2021	2020
Moeda Nacional	81.840,74	129.921,55
Moeda Estrangeira	15.656,01	28.958,92
Total	97.496,75	158.880,47

6. OUTROS ATIVOS FINANCEIROS AO JUSTO VALOR ATRAVÉS DE RESULTADOS

A 31 de Dezembro de 2021 e 2020, o saldo desta rubrica corresponde na integra ao **Fundo de Compensação de Trabalho** e apresentava-se da seguinte forma:

Outros Ativos Financeiros ao Justo Valor através de resultados	2021	2020
FCT	33.020,09	31.438,27
Total	33.020,09	31.438,27



7. APLICAÇÕES EM INSTITUIÇÕES DE CRÉDITO

Em 31 de Dezembro de 2021 e 2020, o valor de Aplicações em Instituições de Crédito não teve alteração e era de **387.000,00 euros**, valor depositado junto da **Caixa Económica Montepio Geral**, com renovação anual e detalham-se como se segue:

Aplicações em IC	2021	2020	Início	Fim	Taxa
Poupança Prazo 1	340.000,00	340.000,00	27-jun-17	30-jun-22	0,5%
Poupança Prazo 2	47.000,00	47.000,00	26-fev-19	27-fev-22	0,5%
Total	387.000,00	387.000,00			

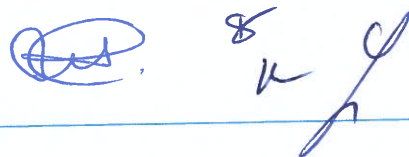
8. ATIVOS TANGÍVEIS

O movimento ocorrido em 2020 e 2021 para os Ativos Tangíveis foi o seguinte:

	Saldo em 01jan2020		Aumentos / Diminuições		Amortizações do exercício	Saldo em 31dez2020
	Valor bruto	Amortiz acumul	Aquisições	Abate / Vendas		
Edifícios	105 000,00	12 600,00	0,00	0,00	1 575,00	90 825,00
Obras em Edifícios	1 230 235,74	625 316,70	48 036,22	0,00	122 947,36	530 007,90
Equipamento	656 041,54	447 162,30	5 794,53	0,00	57 662,25	157 011,52
Total	1 991 277,28	1 085 079,00	53 830,75	0,00	182 184,61	777 844,42

	Saldo em 01jan2021		Aumentos / Diminuições		Amortizações do exercício	Saldo em 31dez2021
	Valor bruto	Amortiz acumul	Aquisições	Abate / Vendas / Regularizações		
Edifícios	105 000,00	14 175,00	0,00	0,00	18 750,84	72 074,16
Obras em Edifícios	1 278 271,96	748 264,06	5 949,51	0,00	111 275,44	424 681,97
Equipamento	661 836,07	504 824,55	2 773,65	0,00	57 868,60	101 916,57
Total	2 045 108,03	1 267 263,61	8 723,16	0,00	187 894,88	598 672,70

RESUMO	Saldo em 01jan2021		Amortizações do Exercício		Amortizações Acumuladas	Saldo em 31dez2021
	Valor Inicial	Aquisições	Valor Bruto	Amortizações Ano		
OUTROS ACTIVOS TANGÍVEIS	2 045 108,03	8 723,16	2 053 831,19	187 894,88	1 455 158,49	598 672,70



9. ATIVOS INTANGÍVEIS

Relativamente aos Ativos Intangíveis, o movimento ocorrido em 2020 e 2021 foi de:

	Saldo em 01jan2020		Aumentos / Diminuições		Amortizações do exercício	Saldo em 31dez2020
	Valor bruto	Amortiz acumul	Aquisições	Abate / Vendas		
Software	81 580,50	28 218,56	3 036,75	0,00	27 898,31	28 500,39
Trespasse	20 000,00	6 000,04	0,00	0,00	2 000,04	11 999,92
Total	101 580,50	34 218,60	3 036,75	0,00	29 898,35	40 500,31

	Saldo em 01jan2021		Aumentos / Diminuições		Amortizações do exercício	Saldo em 31dez2021
	Valor bruto	Amortiz acumul	Aquisições	Abate / Vendas / Regularizações		
Software	84 617,25	56 116,87	0,00	-152,52	27 332,98	1 319,93
Trespasse	20 000,00	8 000,08	0,00	0,00	2 000,04	9 999,88
Total	104 617,25	64 116,95	0,00	-152,52	29 333,02	11 319,81

RESUMO	Saldo em 01jan2021		Amortizações do Exercício		Amortizações Acumuladas	Saldo em 31dez2021
	Valor Inicial	Regularizações	Valor Bruto	Amortizações Ano		
Activos Intangíveis	104 617,25	-152,52	104 617,25	29 333,02	93 449,97	11 319,81

10. ATIVOS E PASSIVOS POR IMPOSTOS CORRENTES E DIFERIDOS

O valor de **3.477,73€** de Activos por Impostos Correntes é relativo a:

- Pagamento Especial por Conta de IRC de **3.434,52€**
- Retenções na Fonte de **43,21€**

O montante de impostos sobre os lucros referente ao exercício de 2021 é de **-112.606,40€**, resultante de um Imposto Corrente de **9.020,90€** e de um Imposto Diferido por prejuízo fiscal de **121.627,30€**.

Activos e Passivo por Impostos	2021	2020
Resultado Fiscal	(579 177,62)	(1 367 350,77)
Resultado Antes de Impostos (RAI)	(687 116,15)	(1 396 213,83)
Imposto Corrente	(9 020,90)	(11 360,31)
Imposto Diferido	121 627,30	293 204,90
Total de Impostos	112 606,40	281 844,59
Resultado Líquido do Exercício	(574 509,75)	(1 114 369,24)

O imposto corrente de **9.020,90€** é resultante de Tributações Autónomas, que em 2020 foi de **11.360,31€**.

O valor de **3.434,52€** de Ativos por Impostos Correntes é relativo a Pagamento Especial por Conta efetuado em 2018. Durante os exercícios de 2020 e 2021 a Empresa não efetuou o pagamento especial por conta de IRC.

No calculo dos impostos diferidos a Empresa aplicou uma taxa de imposto simplificada de 21% sobre o prejuízo fiscal recuperável. A taxa de imposto aplicada está em linha com a taxa de imposto atual e a espectável para exercícios futuros.

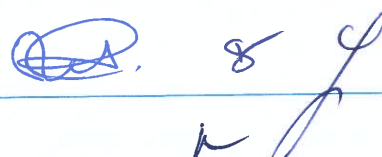
Em 2021 a Empresa reconheceu Ativos por Impostos Diferidos referentes ao prejuízo fiscal apurado no valor de - 1.396.213,83€. Este ajustamento foi efetuado com base na expectativa futura da Empresa vir a obter lucro e assim utilizar o crédito fiscal em causa.

Apesar dos resultados obtidos no exercício e exercícios anteriores, a Empresa tem em curso um plano de reestruturação da sua atividade que irá inverter no curto prazo os resultados. Todas as projeções internas realizadas permitir garantir com segurança a recuperabilidade dos impostos diferidos dentro dos prazos legais existentes.

O valor total de **Ativos por Impostos Diferidos** registado desagrega-se da seguinte forma:

- Em 2020 o total era de 1.361.506,38€ e em 2021 de 1.477.072,44€

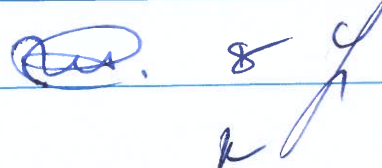
	Resultado Antes de Impostos	Prejuízo Fiscal	Imposto Corrente	Imposto Diferido	Ano Limite para Utilização
Exercicio de 2016	(537 328,83)	(494 122,12)	57 563,43	176 943,08	2030
Exercicio de 2018	(2 553 470,98)	(2 558 472,29)	32 413,67	537 279,18	2032
Exercicio de 2019	(1 682 752,13)	(1 686 091,52)	22 497,86	354 079,22	2033
Exercicio de 2020	(1 396 213,83)	(1 367 350,77)	11 360,31	287 143,66	2034
Exercicio de 2021	(687 116,15)	(579 177,62)	9 020,90	121 627,30	2035
			Total	1 477 072,44	



11. OUTROS ATIVOS

Em 31 de dezembro de 2021 e 2020, a rubrica de Outros Ativos detalha-se como se segue:

Outros Ativos	2021	2020
Devedores e Outras Aplicações	1 503 233,24	2 059 326,39
por Processos Judiciais	173 376,79	730 050,22
PROC. Nº 111/08.4JABRG	16 780,69	16 780,69
NUIPC Nº 880/14.2 PJPRT	550,00	550,00
NUIP Nº 221/17.7 JAFAR	152 548,10	152 548,10
NUIPC Nº 1038/17.AGAVC	3 498,00	3 498,00
NUIPC Nº 000345/20.3 PBLSB	0,00	556 673,43
por Operações Transferências de Valores (Agentes/Correspondentes)	354 194,49	347 827,55
Goo Transfer	-15,60	-15,60
NovaCâmbios Angola	335 443,87	329 545,11
NovaCâmbios Namibia	3 655,70	3 653,47
BCI / PFS	15 110,52	14 644,57
por Outros Valores a Receber	975 661,96	981 448,62
por contraparte residente	899 948,34	905 735,00
por contraparte ã residente	75 713,62	75 713,62
Rendimentos a Receber	159 585,55	481 784,76
MoneyGram	31 427,28	36 009,52
RealTransfer Portugal	34 167,69	328 481,35
Euronet - ATM's	4 880,58	3 825,34
Seg Social - Apoio à Retoma Progressiva de Atividade	89 110,00	13 468,55
RealTransfer Portugal - Prêmio de Assinatura	0,00	100 000,00
Despesas com Encargo Diferido	76 781,17	112 571,38
Credores e Outros Recursos	0,00	7 895,19
Seguros	20 417,18	20 792,73
Rendas	15 030,92	83 883,46
Cauções de Rendas	36 236,98	0,00
Outras Despesas Diferidas	5 096,09	0,00
Devedores e Outras Aplicações	100 000,00	100 000,00
Caução Euronet	100 000,00	100 000,00
Outras Operações a Regularizar	84 463,62	0,00
Falhas / Sobras de Caixa	-3 381,04	0,00
Documentos a aguardar Facturas	812,10	0,00
Imposto do Selo a Regularizar pela MoneyGram	14 228,97	0,00
Outras operações activas a regularizar	72 803,59	0,00
Total	1 924 063,58	2 753 682,53



12. RECURSOS DE OUTRAS INSTITUIÇÕES DE CRÉDITO

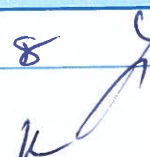
Em 31 de dezembro de 2021 e 2020, esta rubrica tem a seguinte composição:

Recursos de OIC	2021	2020
de Outras Instituições de Crédito	925 930,77	1 044 657,47
Caixa Económica Montepio Geral - CCC	500 000,00	500 000,00
Caixa Económica Montepio Geral - Empréstimo	265 335,79	323 904,73
Euro BIC - Empréstimo	160 594,98	220 752,74
de Agentes de Transferências	1 132 230,23	1 463 264,66
RealTransfer Portugal	1 103 833,73	1 377 588,66
MoneyGram	28 396,50	85 676,00
Total	2 058 161,00	2 507 922,13

13. OUTROS PASSIVOS

Em 31 de dezembro de 2021 e 2020, a rubrica de Outros Passivos pode ser resumida como se segue:

Outros Passivos	2021	2020
Fornecedores, Credores e Outros Recursos	2 518 204,24	2 727 370,97
Fornecedores Residentes	533 851,99	561 092,75
Fornecedores Residentes - ANA Aeroportos	969 752,20	1 135 954,53
Setor Público Administrativo (<i>Segurança Social e Finanças</i>)	89 757,04	124 162,96
Cobranças de Terceiros - <i>Penhora de Vencimentos</i>	-395,12	102,60
Outros Credores - Acionistas - ULTRA - SGPS, S.A.	274 882,00	395 882,00
Outros Credores - Acionistas - <i>Assoc Mutualista Montepio Geral</i>	300 000,00	300 000,00
Outros Credores - Acionistas - <i>José João Gonçalves Rocha</i>	140 000,00	0,00
Credores em Suspenso	10 661,97	10 661,97
Outros Credores - Transferências de Valores - <i>Portugal</i>	355,00	-
Outros Credores - Transferências de Valores - <i>MoneyGram</i>	-6,90	-
<i>Outros Credores - Transferências de Valores - NovaCâmbios AO</i>	93 920,70	93 920,70
Outros Credores - Transferências de Valores - <i>Goo AO</i>	105 425,36	105 593,46
Encargos a Pagar e Outras Operações a Regularizar	314 806,43	385 428,71
Juros e Encargos Similares a Pagar	15 831,47	28 596,36
Férias, Subsidio de Férias e Encargos Sociais	267 393,30	275 859,56
Outros Custos de Pessoal a Pagar	4 699,31	5 473,76
Fornecimentos e Serviços de Terceiros a pagar	26 882,35	45 945,38
Outras Operações a Regularizar	-	29 553,65
Total	2 833 010,67	3 112 799,68

14. CAPITAL

Em 31 de Dezembro de 2021 e 2020, o capital social de **1.750.000,00€** encontra-se integralmente subscrito e realizado.

A composição dos detentores do capital social é como se segue:

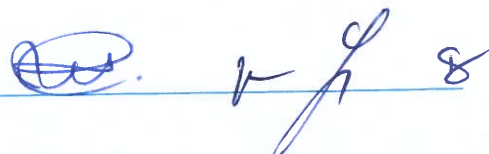
- ULTRA – SGPS, SA	69,94% - 1.223.950,00€
- Associação Mutualista Montepio	30,00% - 525.000,00€
- Outros Accionistas Particulares	0,06% - 1.050,00€

15. OUTRAS RESERVAS E RESULTADOS TRANSITADOS

Em 31 de dezembro de 2021 e 2020, esta rúbrica tem a seguinte composição:

Outras Reservas e Resultados Transitados	2021	2020
Reserva Legal	652 394,32	652 394,32
Reservas Livres	3 189 608,01	3 189 608,01
Resultados Transitados até o ano de 2015	405 547,62	405 547,62
Resultados Transitados do ano de 2016	(594 892,26)	(594 892,26)
Resultados Transitados do ano de 2017	91 840,64	91 840,64
Resultados Transitados do ano de 2018	(2 048 605,47)	(2 048 605,47)
Resultados Transitados do ano de 2019	(1 351 170,77)	(1 351 170,77)
Resultados Transitados do ano de 2020	(1 114 369,24)	
Correcção dos Resultados Transitados (Ver Demonstração de Alterações dos Capitais Próprios)	(6 061,24)	
Resultados Transitados	(4 617 710,72)	(3 497 280,24)
Total	(775 708,39)	344 722,09

Por decisão da Assembleia Geral, realizada em 20 de Maio de 2021, foram aprovadas as contas do exercício findo em 31 de dezembro de 2020 com um resultado líquido negativo de 1.114.369,24€, tendo sido deliberado a transferência da totalidade para Resultados Transitados.



16. MARGEM FINANCEIRA

A margem financeira em 31 de dezembro de 2021 e 2020, é detalhada como se segue:

Margem Financeira	2021	2020
Juros e Rendimentos Similares	196,72	196,72
Juros de Aplicações OIC	196,72	196,72
Juros e Encargos Similares	92 572,58	68 231,44
Juros de Empréstimos	26 747,30	18 922,98
Juros de Suprimentos	32 366,64	37 766,67
Juros de Conta Corrente Cauçionada	33 067,78	11 541,79
Juros de Mora / Juros Compensatórios	390,86	-
Total	(92 375,86)	(68 034,72)

17. RENDIMENTOS DE SERVIÇOS E COMISSÕES

Os rendimentos de serviços e comissões do ano de 2021 e 2020 foram os seguintes:

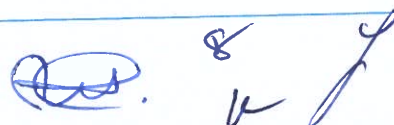
Rendimentos de Serviços e Comissões	2021	2020
Transferência de Valores	782 349,86	1 172 686,48
Comissões na Compra e Venda de Moeda	1 129,78	76 643,33
Comissões por Operações em ATM - Euronet	58 554,10	70 409,83
Outras Comissões	-	199,67
Total	842 033,74	1 319 939,31

18. ENCARGOS COM SERVIÇOS E COMISSÕES

Os encargos com serviços e comissões do ano de 2021 e 2020 foram os seguintes:

Encargos com Serviços e Comissões	2021	2020
Comissões por garantias bancárias	44 037,75	55 534,59
Comissões por operações bancárias	51 962,19	66 506,16
Comissões da ANA-Aeroportos	-	334 680,34
Outras Comissões	23 662,69	61 548,79
Total	119 662,63	518 269,88

O Conselho de Administração deligenciou junto da ANA-Aeroportos o término da relação que se veio a efetivar em janeiro de 2021. Durante o ano de 2021, os valores contratualizados foram renegociados.



19. RESULTADOS DE REAVALIAÇÃO CAMBIAL

Em 31 de dezembro de 2021 e 2020 a rubrica de Resultados de Reavaliação Cambial em Operações Financeiras apresentava um saldo de de 2.247.609,55€ e de 2.143.273,51€ respetivamente.

Resultados de Reavaliação Cambial	2021	2020
Ganhos em Operações Financeiras	2 282 520,82	2 218 155,58
Perdas em Operações Financeiras	34 911,27	74 882,07
Margem das Operações Financeiras	2 247 609,55	2 143 273,51
Margem em Notas	2 244 427,89	2 148 596,99
Margem em Divisas	2 715,71	(4 827,75)
Outras Diferenças Cambiais	465,95	(495,73)
Margem das Operações Financeiras	2 247 609,55	2 143 273,51

20. OUTROS RESULTADOS DE EXPLORAÇÃO

Em 31 de dezembro de 2021 e 2020, a composição das rubricas a seguir indicadas eram as seguintes:

Outros Resultados de Exploração	2021	2020
Outros Encargos e Gastos Operacionais	(89 243,68)	(102 971,29)
Quotizações e Donativos	7 037,76	11 204,11
Outros Encargos e Gastos	250,00	90 716,68
Multas e Outras Penalidades	1 442,56	1 050,50
Custos de Exercícios Anteriores	80 513,36	-
Outros Impostos	(9 758,00)	(8 421,01)
Imposto do Selo	8 973,57	7 470,39
IUC	493,86	493,86
IMI	191,07	212,67
Taxas	99,50	244,09
Outros Rendimentos e Receitas Operacionais	670 958,12	427 746,83
Reembolso de Despesas	0,02	49,20
Apoio Extraordinário à Retoma Progressiva de Atividade	226 161,79	202 625,78
Medida de Incentivo Extraordinário à Normalização da Atividade	180 163,50	99 695,00
Outros Rendimentos e Receitas	264 632,81	125 376,85
Total	571 956,44	316 354,53



A situação de pandemia COVID19 causou impacto direto e relevante na atividade da Empresa, onde o confinamento deu lugar a redução do período normal de trabalho dos trabalhadores e em certos casos, *lay-off*.

Para fazer face a esta dificuldade, foram criadas pelo Governo Português um conjunto de medidas de apoio à atividade das empresas onde a Novacâmbios – Instituição de Pagamento SA foi beneficiária.

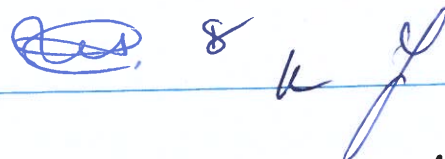
21. CUSTOS COM PESSOAL

Em 2021, a Empresa teve um efetivo médio anual de 139 trabalhadores, enquanto que em 2020 foram de 165 trabalhadores.

Os custos com pessoal em 31 de dezembro de 2021 e 2020 têm a seguinte composição:

Custos com Pessoal	2021	2020
Remunerações	1 688 580,01	1 786 676,25
Encargos Sociais s/ Remunerações	420 923,71	375 015,23
Cedência de Pessoal	129 687,78	129 279,91
Fundo de Compensação do Trabalho	494,50	514,31
Subsídio de Refeição	186 706,91	195 191,91
Subsídio de Férias e de Natal	238 671,55	268 188,36
Subsídio de Transporte	31 375,00	34 869,92
Seguro de Acidentes de Trabalho	13 810,80	20 302,88
Segurança, Higiene e Medicina no Trabalho	4 174,63	3 529,78
Seguro de Saúde	40 978,43	39 748,46
Indemnizações Contratuais	2 057,59	10 825,44
Outros Custos com Pessoal	-	10 003,74
Total	2 757 460,91	2 874 146,19

Em linha com a estratégia de gestão de custos, racionalização e melhoria da eficiência em curso, os custos com pessoal diminuíram aproximadamente 4% face ao exercício anterior.



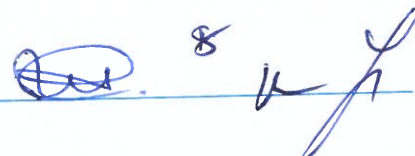
22. GASTOS GERAIS ADMINISTRATIVOS

Em 31 de dezembro de 2021 e 2020, os gastos gerais administrativos totalizaram 1.161.988,58€ e repartiram-se da seguinte forma:

Gastos Gerais Administrativos com Fornecimentos	2021	2020
Água, Energia e Combustível	51 874,40	61 958,51
Material de Consumo Corrente	11 418,55	16 032,86
Material para Assistência e Reparações	2 467,77	2 506,61
Material de Higiene e Limpeza	5 186,72	11 072,13
Total Gastos com Fornecimentos	70 947,44	91 570,11
Gastos Gerais Administrativos com Serviços	2021	2020
Rendas, Cedência de Espaços e Condomínios	609 456,13	894 948,97
Alugueres	53 565,00	62 972,30
Comunicações	58 119,35	63 145,67
Deslocações e Representação no País	31 942,92	18 882,95
Deslocações e Representação no Estrangeiro	6 582,88	20 711,92
Despesas de Representação	8 772,25	8 159,44
Publicidade	3 011,61	26 824,60
Conservação e Reparação	26 809,71	26 839,36
Formação Profissional	3 958,00	
Seguros	24 325,39	30 483,11
Avenças e Honorários	106 989,46	47 683,74
Serviços Judiciais, Contencioso e Notariado	187,00	1 790,53
Serviços de Informática	87 830,54	111 307,21
Serviços de Segurança e Vigilância	18 277,32	41 132,69
Serviços de Limpeza	18 907,15	31 028,74
Serviços de Ligação de Dados	2 238,60	1 746,60
Outros Serviços de Terceiros	30 067,83	24 019,50
Total Gastos com Serviços	1 091 041,14	1 411 677,33
Total de Gastos Gerais Administrativos	1 161 988,58	1 503 247,44

A situação de pandemia causou impacto no valor das rendas, sendo que o custo associado foi alvo de revisão e em alguns casos de moratórias, justificando assim a diminuição deste custo em cerca de -32%.

A fiscalização da Empresa é realizada pelo Fiscal Único **DFK & Associados SROC, Lda.**, que emite para cada exercício a Certificação Legal das Contas. No ano de 2021 os gastos que a empresa teve com a DFK foram de 10.332€



23. AMORTIZAÇÕES E DEPRECIAÇÕES DO EXERCÍCIO

Durante o exercício de 2021 e 2020, os gastos com amortizações detalham-se como se segue:

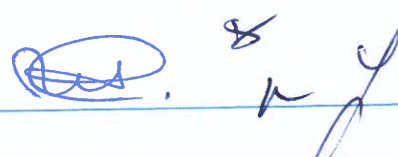
Depreciações e Amortizações do Exercício	2021	2020
Ativos Fixos Tangíveis	187 894,88	182 184,61
Ativos Intangíveis	29 333,02	29 898,35
Total	217 227,90	212 082,96

24. OUTRAS INFORMAÇÕES

24.1. Compromissos assumidos

Em 31 de dezembro de 2021, a Empresa tinha as seguintes Garantias Bancárias ativas na Central de Responsabilidades de Crédito do Banco de Portugal:

Instituição	Loja	Valor
Banco BIC Português, SA	Norte Shopping	66 675,79
Caixa Económica Montepio Geral	Braga	13 500,00
Caixa Económica Montepio Geral	Gare do Oriente	31 487,66
Caixa Económica Montepio Geral	Amoreiras	60 164,92
Caixa Económica Montepio Geral	Coimbra	17 026,55
Caixa Económica Montepio Geral	Cascais Shopping	53 809,82
Caixa Económica Montepio Geral	S. Bento / Quisque	10 332,00
Caixa Económica Montepio Geral	Cacém	2 774,65
Caixa Económica Montepio Geral	Amadora	2 682,16
Caixa Económica Montepio Geral	Aveiro II	12 000,00
Caixa Económica Montepio Geral	CC Colombo I	134 717,02
Caixa Económica Montepio Geral	ANA-Aeroportos	1 047 400,00
		1 452 570,57



24.2. Responsabilidades de Crédito

Em 31 de dezembro de 2021, a Empresa apresenta os seguintes saldos de crédito na Central de Responsabilidades de Crédito do Banco de Portugal:

Ver Nota 12 – Recursos de Outras Instituições de Crédito

Instituição	Produto Financeiro	Valor em Dívida
Banco BIC Português, SA	Financiamento à atividade empresarial	160 594,98
Caixa Económica Montepio Geral	Financiamento à atividade empresarial	265 335,79
Caixa Económica Montepio Geral	Conta corrente bancária	500 000,00
Caixa Económica Montepio Geral	Cartão de crédito com período free-float	1 002,85
		926 933,62

24.3. Partes Relacionadas

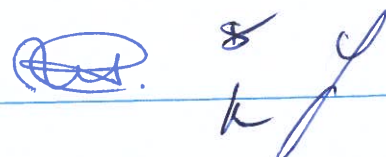
Os saldos e transacções entre as empresas do grupo do ano de 2021, foram realizados com base nos preços de mercado, foram praticadas as mesmas regras aplicadas aos fornecedores/clientes:

Empresa	Saldo a 31-12-2020	Varição	Saldo a 31-12-2021	Custos	Proveitos
NC Namibia	3 563,47	92,23	3 655,70	-	-
NC Cuba	32 713,62	-	32 713,62	7 843,08	-
NC França	40 000,00	-	40 000,00	-	-
NC Angola	238 624,41	5 898,76	244 523,17	-	13 375,89
RT Portugal	1 049 107,31	20 558,73	1 069 666,04	-	368 982,08
Ultra SGPS	503 407,21	114 254,77	617 661,98	23 566,67	-
Ultra Serviços	410 219,63	-	410 219,63	78 956,75	-
Ultra Viagens	(13 341,17)	-	(13 341,17)	-	-

25. Eventos subsequentes

Com o objecto da empresa cumprir com os rácios dos Fundos Próprios e dos Capitais Próprios, foi apresentada ao Banco de Portugal uma proposta de aumento do capital social que passa pela entrada da RealTransfer como accionista da NovaCâmbios.

Após o encerramento do exercício, e até à elaboração do presente relatório, não se registaram outros factos, além do mencionado acima, susceptíveis de modificar a situação relevada nas contas, para efeitos do disposto na alínea b) do n.º 5 do Artigo 66º do Código das Sociedades Comerciais.



26. Informações exigidas por diplomas legais

Nos termos do Decreto-Lei 534/80, de 7 de Novembro, a Administração informa que a Empresa não apresenta dívidas ao Estado em situação de mora.

Dando cumprimento ao estipulado no Decreto nº 411/91, de 17 de Outubro, a Administração informa que a situação da Empresa perante a Segurança Social se encontra regularizada, dentro dos prazos legalmente estipulados.

Para efeitos da alínea d) do n.º 5 do Artigo 66º do Código das Sociedades Comerciais, durante o exercício de 2021, a Empresa não efetuou transações com ações próprias, sendo nulo o número de ações próprias detidas em 31 de Dezembro de 2021.

Não foram concedidas quaisquer autorizações nos termos do Artigo 397º do Código das Sociedades Comerciais, pelo que nada há a indicar para efeitos do n.º 2, alínea e) do Artigo 66º do mencionado diploma legal.

Lisboa, 7 de abril de 2022

O Responsável pela Contabilidade

Margarida Cravid de Melo

Contabilista Certificada N.º 93044



O Responsável pela Gestão

José João Gonçalves Rocha

José Carlos da Silva Pereira

Tânia Mafalda da Silva Viterbo



III. CERTIFICAÇÃO LEGAL DAS CONTAS, RELATÓRIO E PARECER DO FISCAL ÚNICO



NOVACÂMBIOS – INSTITUIÇÃO DE PAGAMENTO, SA
REVISÃO LEGAL DAS CONTAS
EXERCÍCIO DE 2021

A handwritten signature in blue ink, consisting of several stylized, overlapping loops and lines.

CERTIFICAÇÃO LEGAL DAS CONTAS

RELATO SOBRE A AUDITORIA DAS DEMONSTRAÇÕES FINANCEIRAS

Opinião

Auditámos as demonstrações financeiras anexas da *Novacâmbios – Instituição de Pagamento, SA* (“Entidade”), que compreendem o balanço em 31 de dezembro de 2021, (que evidencia um total de 5.299.974 euros e um total de capital próprio de 399.782 euros, incluindo um resultado líquido negativo de 574.510 euros), a demonstração dos resultados por naturezas, a demonstração das alterações no capital próprio e a demonstração dos fluxos de caixa relativas ao ano findo naquela data e o anexo às demonstrações financeiras que inclui um resumo das políticas contabilísticas significativas.

Em nossa opinião, as demonstrações financeiras anexas apresentam de forma verdadeira e apropriada, em todos os aspetos materiais, a posição financeira da *Novacâmbios – Instituição de Pagamento, SA* em 31 de dezembro de 2021 e o seu desempenho financeiro e fluxos de caixa relativos ao ano findo naquela data de acordo com as Normas Internacionais de Relato Financeiro (IFRS) tal como adotadas na União Europeia.

Bases para a opinião

A nossa auditoria foi efetuada de acordo com as Normas Internacionais de Auditoria (ISA) e demais normas e orientações técnicas e éticas da Ordem dos Revisores Oficiais de Contas. As nossas responsabilidades nos termos dessas normas estão descritas na secção “Responsabilidades do auditor pela auditoria das demonstrações financeiras” abaixo. Somos independentes da Entidade nos termos da lei e cumprimos os demais requisitos éticos nos termos do código de ética da Ordem dos Revisores Oficiais de Contas.

Estamos convictos de que a prova de auditoria que obtivemos é suficiente e apropriada para proporcionar uma base para a nossa opinião.

Ênfase

As demonstrações financeiras da Entidade foram preparadas tendo por base o princípio da continuidade das operações, ainda que, em 31 de dezembro de 2021, o capital próprio seja no montante aproximado de 400.000 euros e o capital social de 1.750.000 euros, sendo aplicáveis as disposições dos artigos 35º e 171º do Código das Sociedades Comerciais. Tal como referido no Relatório de Gestão, a Administração tem em curso um processo de recapitalização da Entidade cuja concretização está pendente de aprovação do Banco de Portugal, a qual se perspetive que seja obtida no decurso do exercício de 2022.

A nossa opinião não é modificada em relação a esta matéria.

Responsabilidades do órgão de gestão pelas demonstrações financeiras

O órgão de gestão é responsável pela:

- preparação de demonstrações financeiras que apresentem de forma verdadeira e apropriada a posição financeira, o desempenho financeiro e os fluxos de caixa da Entidade de acordo com as Normas Internacionais de Relato Financeiro (IFRS) tal como adotadas na União Europeia;



- elaboração do relatório de gestão nos termos legais e regulamentares aplicáveis;
- criação e manutenção de um sistema de controlo interno apropriado para permitir a preparação de demonstrações financeiras isentas de distorção material devida a fraude ou erro;
- adoção de políticas e critérios contabilísticos adequados nas circunstâncias; e,
- avaliação da capacidade da Entidade de se manter em continuidade, divulgando, quando aplicável, as matérias que possam suscitar dúvidas significativas sobre a continuidade das atividades.

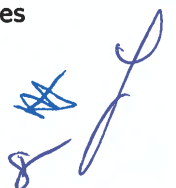
O órgão de fiscalização é responsável pela supervisão do processo de preparação e divulgação da informação financeira da Entidade.

Responsabilidades do auditor pela auditoria das demonstrações financeiras

A nossa responsabilidade consiste em obter segurança razoável sobre se as demonstrações financeiras como um todo estão isentas de distorções materiais devido a fraude ou erro, e emitir um relatório onde conste a nossa opinião. Segurança razoável é um nível elevado de segurança, mas não é uma garantia de que uma auditoria executada de acordo com as ISA detetará sempre uma distorção material quando exista. As distorções podem ter origem em fraude ou erro e são consideradas materiais se, isoladas ou conjuntamente, se possa razoavelmente esperar que influenciem decisões económicas dos utilizadores tomadas com base nessas demonstrações financeiras.

Como parte de uma auditoria de acordo com as ISA, fazemos julgamentos profissionais e mantemos ceticismo profissional durante a auditoria e também:

- identificamos e avaliamos os riscos de distorção material das demonstrações financeiras, devido a fraude ou a erro, concebemos e executamos procedimentos de auditoria que respondam a esses riscos, e obtemos prova de auditoria que seja suficiente e apropriada para proporcionar uma base para a nossa opinião. O risco de não detetar uma distorção material devido a fraude é maior do que o risco de não detetar uma distorção material devido a erro, dado que a fraude pode envolver conluio, falsificação, omissões intencionais, falsas declarações ou sobreposição ao controlo interno;
- obtemos uma compreensão do controlo interno relevante para a auditoria com o objetivo de conceber procedimentos de auditoria que sejam apropriados nas circunstâncias, mas não para expressar uma opinião sobre a eficácia do controlo interno da Entidade;
- avaliamos a adequação das políticas contabilísticas usadas e a razoabilidade das estimativas contabilísticas e respetivas divulgações feitas pelo órgão de gestão;
- concluímos sobre a apropriação do uso, pelo órgão de gestão, do pressuposto da continuidade e, com base na prova de auditoria obtida, se existe qualquer incerteza material relacionada com acontecimentos ou condições que possam suscitar dúvidas significativas sobre a capacidade da Entidade para dar continuidade às suas atividades. Se concluirmos que existe uma incerteza material, devemos chamar a atenção no nosso relatório para as divulgações relacionadas incluídas nas demonstrações financeiras ou, caso essas divulgações não sejam adequadas, modificar a nossa opinião. As nossas conclusões são baseadas na prova de auditoria obtida até à data do nosso relatório. Porém, acontecimentos ou condições futuras podem levar a que a Entidade descontinue as suas atividades;
- avaliamos a apresentação, estrutura e conteúdo global das demonstrações financeiras, incluindo as divulgações, nos termos da Norma Contabilística adotada em Portugal para Pequenas Entidades através do Sistema de Normalização Contabilística;



- comunicamos com os encarregados da governação, entre outros assuntos, o âmbito e o calendário planeado da auditoria, e as conclusões significativas da auditoria incluindo qualquer deficiência significativa de controlo interno identificado durante a auditoria.

A nossa responsabilidade inclui ainda a verificação da concordância da informação constante do relatório de gestão com as demonstrações financeiras.

RELATO SOBRE OUTROS REQUISITOS LEGAIS E REGULAMENTARES

Sobre o relatório de gestão

Dando cumprimento ao artigo 451.º, n.º 3, al. e) do Código das Sociedades Comerciais, somos de parecer que o relatório de gestão foi preparado de acordo com os requisitos legais e regulamentares aplicáveis em vigor, a informação nele constante é concordante com as demonstrações financeiras auditadas e, tendo em conta o conhecimento e apreciação sobre a Entidade, não identificámos incorreções materiais.

Alfragide, 28 de abril de 2022



Manuel Lázaro Oliveira Brito
(ROC n.º 850, inscrito na CMVM sob o n.º 20160474)
em representação da DFK & Associados, SROC, LDA

RELATÓRIO E PARECER DO FISCAL ÚNICO

Exmos. Acionistas,

No cumprimento do mandato que V. Exas. nos conferiram e no desempenho das nossas funções legais e estatutárias, acompanhámos durante o exercício de 2021, a atividade da *Novacâmbios – Instituição de Pagamento, SA*, examinámos os livros, registos contabilísticos e demais documentação, constatámos a observância da lei e dos estatutos e obtivemos da Administração os esclarecimentos, informações e documentos solicitados.

O balanço, a demonstração dos resultados por naturezas, as notas anexas e o relatório de gestão, lidos em conjunto com a Certificação Legal das Contas, com a qual concordamos, permitem uma adequada compreensão da posição financeira e dos resultados da Entidade e satisfazem as disposições legais e estatutárias em vigor.

Assim, somos de parecer:

Primeiro - Que sejam aprovados o relatório de gestão, o balanço, a demonstração dos resultados por naturezas e as Notas Anexas apresentados pela Administração relativos ao exercício findo em 31 de dezembro de 2021.

Segundo - Que seja aprovada a proposta de aplicação de resultados apresentada pela Administração.

Alfragide, 28 de abril de 2022

O FISCAL ÚNICO



Manuel Lázaro Oliveira Brito
(ROC n.º 850, inscrito na CMVM sob o n.º 20160474)
em representação da DFK & Associados, SROC, LDA

